UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RAFAELLE CAROLYNNE SANTOS COSTA

DESENVOLVIMENTO DO INVENTÁRIO DE JESNESS – REVISADO BRASILEIRO REDUZIDO E INVESTIGAÇÃO DE SUAS PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS

Ribeirão Preto

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RAFAELLE CAROLYNNE SANTOS COSTA

DESENVOLVIMENTO DO INVENTÁRIO DE JESNESS – REVISADO BRASILEIRO REDUZIDO E INVESTIGAÇÃO DE SUAS PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para obtenção do título de Mestra em Ciências, obtido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento

Orientador: Profª Drª Marina Rezende Bazon

Ribeirão Preto
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de ensino, estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FFCLRP – Departamento de Psicologia

Universidade de São Paulo

Costa, Rafaelle CS.
Desenvolvimento do Inventário de Jesness – revisado brasileiro reduzido e investigação de suas propriedades psicométricas – Ribeirão Preto, 2020.
87 p.: il.; 30cm.

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP. Área de Concentração: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento.
Orientadora: Bazon, Marina Rezende.

1. Delinquência Juvenil. 2. Avaliação de Personalidade. 3. Psicometria. 4. Teoria de Resposta ao Item 5. Versão Reduzida

Nome: Costa, Rafaelle Carolynne Santos

Título: Desenvolvimento do Inventário de Jesness – revisado brasileiro reduzido e investigação de suas propriedades psicométricas

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para obtenção do título de mestra em Ciências, Área: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento.

Aprovada em: / /2020

Banca Examinadora

Profª. Drª. Marina Rezende Bazon
Instituição: Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (USP)
Assinatura: _____

Profª. Drª.
Instituição:
Assinatura: _____

Prof. Dr.
Instituição:
Assinatura: _____

ESTE ESTUDO FOI DESENVOLVIDO JUNTO AO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL (GEPDIP)

Apoio financeiro:
O desenvolvimento deste estudo contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (FAPESP), mediante a concessão de Bolsa de Mestrado, processo nº 2018/17018-3, com vigência de 01/12/2018 a 29/11/2020.
As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

AGRADECIMENTOS

À Profª. Marina Rezende Bazon, que tem sido uma grande fonte de aprendizado, apoio e inspiração. Sem a sua companhia durante os meses de compilação de dados, antes mesmo da Iniciação Científica, talvez eu não tivesse persistido nesta trajetória;

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que viabilizou a minha dedicação integral a este trabalho e à minha formação por meio do apoio financeiro concedido de processo nº 2018/17018-3;

A todos os adolescentes que ofereceram preciosos minutos de suas juventudes para colaborar com esta pesquisa;

As 13 instituições de ensino que me receberam tão generosamente em meio a evidente "correria" do dia-a-dia;

Ao Prof. Antônio Andrés-Pueyo, que me recebeu no Grupo de Estudos Avançados em Violência - não uma só vez, mas duas - onde tive experiências que marcaram fortemente estes anos de Mestrado;

Ao André Vilela Komatsu, que nunca hesitou em compartilhar comigo copas, pinchos e incontáveis coisas que eu demoraria semanas para descobrir sozinha;

À Lais Sette Galinari, que tornou muitas tardes de *coworking* mais leves com a sua companhia - e também mais agitadas na minha tentativa de acompanhar o seu ritmo de beber café;

Por fim, a um grande conjunto de pessoas muito especiais reunidas em diferentes grupos, certa de que o carinho expresso nestas linhas será sentido por todas:

> Aos de casa – Humberto, Neusete, Rene e Winnie - que me ensinaram desde tão cedo a ter o "gosto pelo estudo" e me fortaleceram ao longo de toda essa trajetória, com muito amor e carinho;
>
> Aos colegas e amigos do grupo de pesquisa (GEPDIP) e da pós graduação, que têm me mostrado que, embora as atividades de pesquisa possam ser árduas as vezes, não precisam ser solitárias;
>
> Aos colegas e amigos de toda a vida que, direta ou indiretamente, me ofereceram suporte para que eu seguisse esta carreira.

RESUMO

Costa, R.C.S. (2020). **Desenvolvimento da versão reduzida do Inventário de Jesness – revisado brasileiro e investigação de suas propriedades psicométricas**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto

O Jesness Inventory – Revised (JI-R) é um instrumento de avalição psicológica direcionado para o grupo de adolescentes em conflito com a lei. Ele avalia aspectos da personalidade associados a delinquência e ao funcionamento psicológico geral. Em diferentes contextos socioculturais, mostra-se capaz de discriminar grupos de adolescentes com relação a seu envolvimento em condutas delituosas – medido por meio de registros oficiais e/ou autorrevelados. Estudos nacionais chegaram à versão brasileira do JI-R: o Inventário de Jesness-Revisado-Brasileiro (IJ-R-Br). Assim como a versão original, o IJ-R-Br possui 160 itens aos quais o adolescente responde "Verdadeiro" ou "Falso". O Inventário gera escores em 10 escalas de personalidade, em duas escalas indicativas dos transtornos e em um índice de risco de reincidência. Apesar da constatação das qualidades psicométricas satisfatórias desta versão, estudos de validade do IJ-R-Br evidenciaram também necessidades de aprimoramento de sua estrutura, considerando itens com baixas cargas fatoriais. Assim, propôs-se a presente pesquisa com os seguintes objetivos gerais: 1) desenvolver a versão reduzida do IJ-R-Br e 2) obter e analisar evidências de propriedades psicométricas desta versão reduzida, a partir de sua aplicação em amostra independente. O trabalho em torno desses objetivos foi sistematizado na forma de três manuscritos. O Manuscrito 1 trata do processo de seleção de itens para composição da versão reduzida, a partir de amostra normativa de 954 adolescentes (com idades entre 11 e 19 anos) e emprego da técnica de análise da Teoria Multidimensional de Resposta ao Item (TRI). As análises resultaram em um conjunto de 86 itens com índices discriminativos mais adequados que os obtidos em estudo anterior com a versão original. Além disso, a análise preliminar de conteúdo realizada levou à conclusão de que as escalas mantiveram os sentidos interpretativos que tinham no instrumento original. O Manuscrito 2 trata das evidências de precisão e de validade de constructo das escalas da versão reduzida a partir de dados de amostra independente, composta por 522 adolescentes (entre 12 e 18 anos). Análises orientadas pela TRI foram realizadas. As evidências obtidas indicaram propriedades psicométricas ajustadas, e as evidências insatisfatórias encontradas se mantiveram alinhadas àquelas já evidenciadas em estudos anteriores, com versão não-reduzida, sugerindo não haver perda de qualidade entre as duas versões. Por fim, o Manuscrito 3 aborda as evidências de validade convergente e de critério obtidas com dados de uma amostra de 597 adolescentes do sexo masculino, com idades entre 12 e 20 anos, judicializados e não judicializados. As evidências de validade convergente obtidas sinalizaram a adequação da versão reduzida, reiterando o potencial de avaliação multidimensional do Inventário, enquanto a validade de critério apontou para a manutenção da capacidade das escalas de diferenciar grupos segundo o nível de envolvimento em condutas delituosas A versão reduzida, assim como a original, é capaz de responder à demanda de compreensão do funcionamento psicológico de adolescentes que apresentaram condutas problemáticas/delituosas. Assim, dadas as evidências de qualidades psicométricas favoráveis da versão reduzida do IJ-R-Br, defende-se a continuidade de investimento nesta ferramenta.

Palavras-chave: delinquência juvenil; avaliação psicológica; medidas da personalidade; teoria de resposta ao item.

ABSTRACT

Costa, R.C.S. (2020). **Development of the Jesness Inventory - Brazilian revised short form and investigation of its psychometric properties.** Masters Dissertation, Department of Psychology, Faculty of Philosophy, Sciences and Letters at Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto

The Jesness Inventory - Revised (JI-R) is a psychological assessment tool aimed at justice-involved adolescents. It assesses personality aspects associated with delinquency and general psychological functioning. In different socio-cultural contexts, it is able to discriminate groups of adolescents regarding their involvement in criminal conducts - measured through official and / or self-reported records. National studies produced the Brazilian version of the JI-R: the Inventário de Jesness-Revisado-Brasileiro (IJ-R-Br). Both original and Brazilian version have 160 items, to which the adolescent answers "True" or "False". The Inventory provides scores on 10 personality scales, two scales indicative of disorders and an index of recidivism risk. Despite the satisfactory psychometric properties identified in this version, there are showing the need to improve its structure, considering items with low factor loads. Thus, this research was proposed with the following general objectives: 1) to develop the IJ-R-Br short form and 2) to obtain and analyze evidence of psychometric properties of this short form. The research work was organized in three manuscripts. Manuscript 1 deals with the item selection process for the composition of the short form, based on a normative sample of 954 adolescents (aged between 11 and 19 years) and using the Multidimensional Item Response Theory (IRT) analysis technique. The analyzes indicated a set of 86 items with more adequate discriminative indexes than those obtained in a previous study with the original version. In addition, the preliminary content analysis carried out suggested that the scales maintained the interpretive meanings. Manuscript 2 deals with evidence of reliability and construct validity of the short form scales based on data from an independent sample, composed of 522 adolescents (aged between 12 and 18 years old). Analyzes guided by the TRI were performed. Adjusted psychometric properties were found, and the unsatisfactory evidence cases remained consistent with those already found in previous studies, with the original version, suggesting that there is no loss of quality between the two versions. Finally, Manuscript 3 addresses the evidences of convergent and criterion validity obtained with data from a sample of 597 male justice-involved and general population adolescents, aged between 12 and 20 years. The evidences of convergent validity point to the adequacy of the short form, reiterating the potential for multidimensional evaluation of the Inventory. Criterion validity indicated the maintenance of the scales ability to differentiate groups according to the level of involvement in criminal conduct. This short form, as well as the original, is able to respond to the demand for understanding the psychological functioning of adolescents who presented problematic / criminal behaviors. Thus, given the IJ-R-Br short form satisfactory psychometric properties, the continuity of investment in this tool is practicable.

Key-words: juvenile Delinquency; psychological assessment; personality measures; item response theory.

Lista da Tabelas

Manuscrito I

Tabela 1. Distribuição da Faixa Etária da Amostra..... p. 30
Tabela 2. Número de Itens por Escala Conforme a Classificação dos α a partir da EMIRT p. 32
Tabela 3. Classificação dos α dos Itens para Cada Escala a partir da CMIRT..... p. 33
Tabela 4. Análise Preliminar de Conteúdo das Escalas e Subdimensões..... p. 35

Manuscrito II

Tabela 1. Distribuição de frequência e porcentagem do número de participantes por idade e classe socioeconômica..... p .46
Tabela 2. Síntese dos parâmetros estimados pela análise MIRT para os itens das escalas da versão reduzida..... p. 49
Tabela 3. Índices de precisão das escalas da versão reduzida do Inventário de Jesness – revisado brasileiro..... p. 51
Tabela 4. Coeficientes de correlação entre os escores das escalas no Teste-Reteste..... p. 52

Manuscrito III

Tabela 1. Coeficientes de Correlação Rho de Spearman entre escalas da versão reduzida do IJ-R-Br e da EAC, do IHSA (n = 129) e da EFS (n = 468) ..... p. 64
Tabela 2. Comparação de qui-quadrado entre ocorrências de escores altos ou normativos nas escalas da versão reduzida do Inventário com os critérios de Frequência e Judicialização.. p. 66

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 17
1.1 Histórico do Inventário de Jesness – revisado brasileiro 19
1.2 Objetivos gerais 20
1.3 Relação entre estudos empíricos 21

2. MANUSCRITO I - Desenvolvimento da versão reduzida do Inventário de Jesness – Revisado Brasileiro 25
Resumo 25
Método 30
Coleta de dados 30
Procedimentos de Análise de Dados 31
Resultados 32
Discussão 36
Referências 38

3. MANUSCRITO II - Versão reduzida do Inventário de Jesness – revisado: precisão e validade de constructo 43
Resumo 43
Introdução 43
Método 46
Participantes 46
Instrumentos 47
Procedimento de Coleta de Dados 47
Análise de Dados 47
Resultados 48
Discussão 52
Lista de Referências 54

4. MANUSCRITO III - Avaliação em delinquência juvenil: validade convergente e de critério do Inventário de Jesness – Revisado – Brasileiro - reduzido 57
Hipóteses 59
Método 60
Amostra 60
Medidas 60
Análise de Dados 63

Resultados 63
Discussão 67
Referências 72

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 77

REFERÊNCIAS 80

ANEXOS 84
Anexo A – Anuência da Revista para a publicação do Manuscrito I 84
Anexo B – Comprovante de Submissão do Manuscrito II 85
Anexo C – Comprovante de Submissão do Manuscrito III 86
Anexo D – Carta de Aprovação do Comitê de Ética 87

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, quando um adolescente é processado por ato infracional, a resposta do Sistema de Justiça Juvenil pode envolver a aplicação de diferentes tipos de medidas socioeducativas. Parte delas se caracterizam como medidas privativas de liberdade - internação provisória, internação e semiliberdade - e parte como medidas restritivas de liberdade - liberdade assistida (LA) e prestação de serviço à comunidade (PSC) - (Conanda, 2006). Embora as denominações das medidas socioeducativas por si só não esclareçam quais devem ser seus conteúdos, as diretrizes para aplicá-las e executá-las são específicas, alinhadas a normativas internacionais (Regras de Beijing, 1985) e nacionais (SINASE, 2012). A finalidade destas medidas deve ser a promoção do desenvolvimento dos jovens para que assim, sejam alteradas as suas trajetórias de conduta infracional. De acordo com a literatura específica da área, isto é feito por meio de respostas às necessidades psicossociais dos jovens, visando atualização de potencialidades e superação de dificuldades específicas (Cauffman, Cavanagh, Donley, & Thomas, 2016). Este processo que focaliza aspectos dinâmicos da vida do adolescente viabiliza uma melhor adaptação social e reduz o risco de reincidência na prática infracional (Baglivio et al., 2019).

Na prática, contudo, são necessários muitos avanços para que se alcance o cumprimento das normas estabelecidas. De acordo com o Relatório de Pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os índices de qualidade referentes às medidas PSC e LA variam entre bom e regular. Os piores índices - regular a péssimo - correspondem às medidas semiliberdade e internação (CNJ & IPEA, 2011). Nessas medidas que implicam em privação de liberdade, especificamente, verifica-se a ausência de oferta de atividades pedagógicas de reinserção, em alguns centros, e ineficácia em evitar exposição dos adolescentes à violência (CNJ, 2012).

Este trabalho parte do pressuposto de que um dos fatores que contribui para a baixa qualidade do atendimento socioeducativo advém do fato de as práticas profissionais, nesse campo, carecem de embasamento em conhecimento científico específico, relativo ao fenômeno da delinquência juvenil. Neste sentido, a atuação dos profissionais, mesmo a respaldada em formação universitária, não é orientada por um *background* comum e, portanto, é pouco eficaz e eficiente. A dos psicólogos, em específico, é confrontada a muitos desafios, frente aos quais prevalece uma rotina de práticas pouco sistematizadas (Mosqueira, 2013; Pereira, 2018). Este cenário vai na contramão das práticas baseadas em evidências, que defendem a importância de

os programas e serviços serem implementados e gerenciados a partir de referências oferecidas pelas evidências científicas.

Em alguns contextos socioculturais, o Sistema de Justiça Juvenil, bem como as práticas a ele atreladas, foi reformado a partir desta perspectiva – ou assim planejado – considerando o acúmulo de conhecimento especializado (Greenwood, 2014). Animadamente, alguns pesquisadores consideram que buscar por práticas baseadas em evidências em delinquência juvenil é uma tendência natural, já que proporciona resultados mais eficazes, sem que se tenha que abrir mão dos valores inerentes à concepção de direitos humanos (Ríos, 2016).

Dentre as práticas psicológicas, a implementação de processos de avaliação individual mais sistemáticos, considerando as evidências das quais se dispõem, é um passo inicial. A esse respeito, há amplo e sólido conhecimento a respeito dos fatores de risco identificados que são capazes de explicar porque alguns indivíduos começam e continuam a cometer delitos, por vários anos – em comparação a outros que cometem alguns delitos durante a adolescência, mas não continuam – isto é, "desistem". Esses fatores situam-se nos planos social e pessoal, nos domínios da família, da escola, dos pares de idade e da comunidade de residência, bem como no das características de personalidade (ou do funcionamento psicológico) (Loeber, Slot & Stouthamer-Loeber, 2006).

É preciso salientar que, ao longo da maior parte do século XX, do rol de variáveis relevantes, os fatores pessoais – psicológicos – foram pouco investigados, porque se tornou hegemônica a crença de que os fatores ambientais eram mais importantes e úteis (Morizot, 2014). Havia uma resistência a considerar variáveis psicológicas, pelo receio legítimo da retomada de uma perspectiva essencialmente individualista, propensa a explicar o comportamento humano a partir da consideração simplista e linear de características – deficitárias/falhas – da pessoa, desconsiderando as condições ambientais. É certo que para avaliar esta questão deve-se ter em conta, por um lado, que dedicar-se ao estudo de características individuais não exclui a necessidade / a importância de avaliar a problemática de uma forma sistêmica, considerando a influência dos fatores ambientais sobre o fenômeno. De outro lado, desconsiderar a importância das diferenças pessoais entre os indivíduos que persistentemente tomam decisões desajustadas e os que não o fazem – mesmo sob condições sociais muito semelhantes, é um posicionamento ideológico também problemático (Barret & Katsiyannis, 2017).

Na atualidade, pode-se afirmar que tal controvérsia está relativamente superada. Entende-se, hoje, que reconhecer as diferenças no plano pessoal, sobretudo aspectos de personalidade, é fundamental às ações de identificação de necessidade de intervenção

psicossocial, ao tratamento dos indivíduos em si, dadas as importantes evidências de que esses se mostram claramente associados ao comportamento humano. Por conseguinte, estão associados também à conduta delituosa, sobretudo no que diz respeito à conduta delituosa persistente, da adolescência à idade adulta. Em razão disso, a consideração das variáveis pessoais é fundamental na diferenciação entre os diferentes tipos de trajetórias da conduta delituosa (Cuervo & Villanueva, 2014; Cuevas, Wolff & Baglivio, 2019). Além disso, entende-se também que reconhecer os aspectos pessoais / de personalidade responde a um importante princípio que torna as intervenções mais efetivas: o da responsividade. De acordo com este princípio, as características do beneficiário da intervenção, como por exemplo os traços de personalidade (Asscher et al., 2016), devem ser considerados, porque influenciam nos resultados da intervenção (Bourgon & Bonta, 2014).

1.1 Histórico do Inventário de Jesness – revisado brasileiro

Essas considerações evidenciam a demanda por instrumentos de avaliação psicológica pertinentes e confiáveis, para a área, que auxiliem na apreensão dos aspectos relevantes e do funcionamento psicológico dos indivíduos que se envolvem em prática de delitos, com especial atenção à faixa etária, levando em conta as peculiaridades da adolescência. Neste cenário, destaca-se a relevância do Inventário de Jesness – revisado (IJ-R, Jesness, 2003), um instrumento específico para adolescentes em relação aos quais se têm uma preocupação concernindo problemas graves de comportamento e a violência. A primeira versão do instrumento, o Inventário de Personalidade Jesness (IPJ; 1962), foi elaborado na década de 1960 pelo psicólogo Carl Jesness, com o objetivo de avaliar aspectos da personalidade associados ao engajamento em condutas delituosas, suscetíveis à intervenção, como crenças/valores e atitudes antissociais e determinados traços da personalidade, especialmente a impulsividade, a hostilidade e a busca de sensações.

Não obstante, Jesness também incluiu no instrumento outros aspectos de personalidade não diretamente associados ao cometimento de delitos, porém relevantes à compreensão do funcionamento psicológico dos adolescentes, a fim de oferecer elementos que auxiliassem o processo de acompanhamento deste adolescente. A motivação era de disponibilizar aos profissionais um instrumento que proporcionasse informações de qualidade para personalizar estratégias de intervenção psicossocial e, posteriormente, avaliar os resultados deste processo, em termos de aquisições e de modificação do comportamento. Além disso, o Inventário deveria ajudasse a diferenciar os adolescentes em termos da extensão das diferenças individuais

existentes, porque já aprendia com clareza a heterogeneidade do grupo (Jesness, 1963, 1983; Jesness, 2003; Jesness & Wedge, 1983).

Com base em sua experiência clínica, em literatura científica especializada e em outros instrumentos, Jesness organizou um conjunto de seis dimensões teóricas que deveriam ser contempladas pelo Inventário e propôs um conjunto de 250 itens para isso. Destes, foram eliminados aqueles de difícil compreensão e/ou sem função aparente, de acordo com os jovens que colaboraram nessa etapa da construção do instrumento. Assim, estabeleceu-se a primeira versão original do Inventário, com 155 itens (Jesness, 1962, 2003). Na sequência, duas novas dimensões foram identificadas, totalizando oito: as seis iniciais, teoricamente estabelecidas, mais duas derivadas empiricamente (por meio da capacidade de diferenciar adolescentes judicializados e não judicializados).

Por conta de suas potencialidades, este Inventário, tem sido estudado no Brasil desde a década de 80, por pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial (GEPDIP). A sua versão revisada e mais, o *Jesness Inventory – Revised* (IJ-R, Jesness, 2003) conta com adaptação ao contexto brasileiro, o Inventário de Jesness – Revisado – Brasileiro, o IJ-R-Br (Manzi-Oliveira, 2012; Bazon, 2016), a qual é o objeto inicial de estudo deste trabalho.

Este instrumento tem por base uma concepção de personalidade, relacionada aos conceitos com os quais lida – traços, crenças, valores, atitudes, pensamentos e emoções. Conforme escreve Bazon (2016), "do estudo da história da construção do Instrumento, bem como da descrição de sua estrutura, depreende-se que esse assenta-se sobre uma concepção de <u>personalidade como um constructo multidimensional</u>, envolvendo, articuladamente, aspectos como <u>traços ou disposições a sentir, pensar e agir</u> de uma determinada forma, e elementos como <u>crenças e atitudes</u> formadas com respeito a si mesmo, aos outros e às instituições sociais, além de <u>defesas psicológicas frente a percepções e sentimentos</u>. Essa concepção implica ainda em uma <u>perspectiva desenvolvimental da personalidade</u>, pois o Instrumento pressupõe a possibilidade de aferir transformações nos aspectos da personalidade que avalia, sendo que essas transformações podem processar-se com a passagem do tempo, nas diferentes idades" (p. 39).

1.2 Objetivos gerais

Assim, este trabalho alinha-se a outros já realizados, visando aprimorar a ferramenta. Os seus objetivos gerais foram desenvolver a versão reduzida do IJ-R-Br e obter e analisar

evidências de propriedades psicométricas desta versão reduzida, a partir de sua aplicação em amostra independente. Esclarece-se que, embora as variáveis avaliadas pelo IJ-R-Br sejam relevantes para ambos os sexos, a população alvo do estudo foi composta somente por adolescentes do sexo masculino. Isto porque é adequado que sejam feitas padronizações específicas por gênero, conforme indicações do próprio autor (Jesness, 2003), uma vez que o fenômeno da delinquência possui especificidades por sexo (Bright, et al., 2017)[1].

Esclarece-se que maior parte dos dados utilizados nos estudos empíricos é de amostra "não-clínica" – isto é, coletados junto a adolescentes não judicializados. Esta estratégia foi utilizada no estudo original do Inventário (Jesness, 2003), bem como nos estudos realizados em outros contextos socioculturais (Antequera & Andrés-Pueyo, 2008; Antequera & Martinez, 2009; Wenger; 2010; Érgas & Narváez, 2015; Manzi-Oliveira, 2012; Wenger, 2018). A opção pelo recrutamento de participantes da população geral ocorreu pelo fato de que alguns objetivos que nortearam o estudo requererem dados de amostras não-clínicas – por exemplo, a verificação da capacidade do Inventário em diferenciar grupos - requer uma amostra heterogênea (o que não se garante quando essa é "clínica"). Ademais, a coleta em amostras da população é mais viável e, normalmente, permite um conjunto maior de dados, o que viabiliza análises mais sofisticadas, que exigem números amostrais maiores – por exemplo, as análises de validade de constructo (Edelen & Reeve, 2007).

1.3 Relação entre estudos empíricos

A pesquisa de que trata a presente Dissertação de Mestrado norteou-se pelos objetivos gerais de, em um primeiro momento, de desenvolver a versão reduzida do Inventário de Jesness – Revisado brasileiro e, em um segundo momento, obter e analisar evidências de precisão e validade da versão reduzida. O trabalho realizado foi organizado na forma de três manuscritos, correspondentes a desdobramentos específicos dos objetivos gerais delineados.

O Manuscrito I relata o trabalho em torno do objetivo de *desenvolver a versão reduzida do IJ-R-Br*, para melhorar/aperfeiçoar o instrumento original, considerando os estudos de validade prévios, e otimizar sua aplicabilidade junto à população alvo, levando em conta o fato de que instrumentos mais curtos tendem produzir resultados qualitativamente melhores (Worthington & Whittaker, 2006). Neste manuscrito são descritos os procedimentos realizados

[1] No grupo de pesquisa, em paralelo, estão em desenvolvimento os estudos concernindo dados coletados em amostras de adolescentes do sexo feminino.

para o desenvolvimento da versão reduzida do IJ-R-Br, bem como o conjunto final de itens que passou a compor esta versão.

De acordo com as diretrizes para redução de instrumentos, uma segunda etapa deste processo consiste em aplicar a proposta de versão reduzida em amostra independente, para ser validada empiricamente, por meio da obtenção e da análise de evidências de suas propriedades psicométricas – precisão e os diferentes tipos de validade (Balluerka & Gorostiaga, 2012). Assim, os dois outros manuscritos apresentam o relato do trabalho realizado nessa direção. Eles atrelam-se às atividades em torno dos objetivos de *obter e analisar evidências de propriedades psicométricas da versão reduzida, a partir de sua aplicação em amostra independente*. Embora todas as propriedades psicométricas devam ser investigadas e analisadas em conjunto, o Manuscrito II reporta, especificamente, a investigação das propriedades psicométricas de precisão e validade de constructo da versão reduzida do IJ-R-Br, a partir de aplicação da ferramenta em amostra independente. No Manuscrito III, apresentam-se as evidências de validade da versão reduzida, especificamente de validade convergente com outros instrumentos de avaliação psicológica, e de critério concorrente, sendo o critério a classificação dos adolescentes por grupos segundo registros oficiais de judicializado ou delitos autorrevelados.

A ordem de apresentação destes dois estudos parte da lógica de que analisar evidências de precisão e de validade de constructo são etapas fundamentais no processo de adaptação de um instrumento de avaliação psicológica, uma vez que a precisão informa sobre o erro na medição e a validade de constructo examina se os itens de uma escala/teste de fato se relacionam com o constructo esperado, e não com uma dimensão secundária (Taylor, 2013). Concluída esta etapa, se faz necessário complementar os resultados obtidos nesse estudo fundamental, com a investigação das propriedades psicométricas da ferramenta em relação a critérios externos bem estabelecidos – outras medidas de avaliação psicológica e também a própria conduta dos indivíduos, a qual se pretende "prever", em alguma medida, com a aplicação do Inventário. Este tipo de validade é fundamental para apreciação dos potenciais de uso clínico do instrumento em questão (Lozano & Turbany, 2013)

Assim, após a apresentação dos três manuscritos que relatam a pesquisa realizada, na integra, finaliza-se a Dissertação com uma seção "Considerações Finais". Nela se discutem os resultados obtidos, além dos desdobramentos da pesquisa, em termos de aplicabilidade da ferramenta para a população alvo e das limitações da investigação realizada e as perspectivas para estudos futuros. Na seção "Referências" estão listadas as referências citadas nos capítulos da Introdução nas Considerações Finais. Por fim, nos "Anexos" estão apresentados os

comprovantes de aprovação da pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa e de submissão/publicação dos Manuscritos que compõem este trabalho.

2. MANUSCRITO I - Desenvolvimento da versão reduzida do Inventário de Jesness – Revisado Brasileiro[2]

Costa, R., Komatsu, A. V., Galinari, L. S., & Bazon, M. R. (2020). Desenvolvimento da versão reduzida do Inventário de Jesness – Revisado Brasileiro. *Avaliação Psicológica*, *19*(2), 113-122. http://dx.doi.org/10.15689/ap.2020.1902.01. (Ver Anexo A)

Resumo: O objetivo do estudo foi selecionar itens para composição da versão reduzida do Inventário de Jesness – Revisado Brasileiro, instrumento específico de avaliação psicológica de adolescentes infratores. Foram utilizados dados de 954 adolescentes da população, com idades entre 11 e 18 anos, do sexo masculino. Realizaram-se análises do Modelo Exploratório de Teoria de Resposta ao Item (EMIRT) e, em seguida, do Modelo Confirmatório de Teoria de Resposta ao Item (CMIRT), para cada escala do instrumento, separadamente. Na etapa do EMIRT foram excluídos itens com α inaceitável; na do CMIRT mantidos apenas itens com α moderado ou alto. Denotou-se existência de subdimensões nas escalas, sendo que alguns itens se mantiveram em mais de uma escala. Chegou-se assim a uma versão com 86 itens. As estratégias adotadas permitiram selecionar itens com maior capacidade discriminativa/explicativa e a detectar subdimensões cujos conteúdos analisados preliminarmente propiciam avanço na compreensão dos construtos aferidos pelo Inventário.
Palavras-chave: delinquência juvenil; avaliação psicológica; medidas da personalidade; teoria de resposta ao item.

No contexto sociocultural brasileiro, ser jovem e pertencer aos estratos socioeconômicos desfavorecidos constitui condição de vulnerabilidade social, especialmente no que diz respeito à violência. Seja em função do arranjo pouco estruturado de suas atividades de rotina, seja em função de algumas de suas características físicas - sexo masculino e cor negra, por exemplo -, o segmento é alvo de maior controle social ostensivo/repressivo e, com isso, experimenta inúmeras violações de direitos (Adorno, 2002). Nessa esteira, muitos são vítimas de violência (inclusive a fatal) (Ipea & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [PBSP], 2018) e alguns autores de violência, sendo, por isso, apreendidos e processados no âmbito do Sistema de Justiça Juvenil (Instituto Sou da Paz, 2018; MDH, 2018).

Os adolescentes que ganham o rótulo de infrator da lei, constituem um subgrupo ainda mais vulnerável. Em diferentes realidades sociais, as evidências mostram que a judicialização dos adolescentes tem efeitos negativos significativos, diretos e indiretos, no seu desenvolvimento – sobretudo quando as sanções que recebem envolvem privação de liberdade

[2] Apoio institucional FAPESP nº processo 2018/17018-3

(Barnert et al., 2017). O estigma, por exemplo, diminui/dificulta o acesso a oportunidades de socialização (Bernburg & Krohn, 2006), funcionando como fator de risco para a evasão escolar e para a própria manutenção da conduta delituosa (Aizer & Doyle, 2015). Por essa razão, normativas internacionais (Regras de Beijing, 1985) e nacionais (ECA, 1990; SINASE, 2012) propõem a aplicação racional das sanções aos jovens infratores, com o emprego cauteloso das medidas judiciais. Seja no plano das tomadas de decisão, seja no da execução das sanções, as normativas indicam a importância de considerar as circunstâncias nas quais se deu a prática do delito pelo adolescente, assim como de conhecer suas necessidades desenvolvimentais, no sentido de oferecer-lhe acompanhamento ajustado às suas características psicossociais (CNJ & IPEA, 2011).

Entende-se que conhecer os adolescentes infratores em suas necessidades desenvolvimentais remete a ações visando compreendê-los naquelas demandas gerais, partilhadas com qualquer outro adolescente de sua faixa de idade, mas também naquelas específicas, atreladas a sua prática de delitos (Casey, 2011). O processo de compreensão implica no de avaliação, para o qual é fundamental obter informações relevantes em torno de variáveis sociais e pessoais-psicológicas, que digam respeito às necessidades desenvolvimentais dos adolescentes. No tocante às necessidades de natureza pessoal, ou mais especificamente psicológica, defende-se que a avaliação é uma tarefa profissional, própria da Psicologia, que requer adoção de procedimentos sistemáticos, incluindo instrumentos padronizados, que resultem em informações úteis e confiáveis (Urbina, 2006).

Sobre o tema, Manzi-Oliveira e Bazon (2013) realizaram uma revisão de literatura científica acerca das principais práticas e recomendações no campo. As autoras identificaram que as principais dimensões focalizadas nos estudos relativos à avaliação psicológica de adolescentes infratores são inteligência, aspectos de saúde mental e características do funcionamento psicológico ou da personalidade, dado que cobrem os aspectos mais frequentemente assinalados nas demandas que o Direito faz à Psicologia, nesta área. No que concerne especificamente à avaliação do funcionamento psicológico ou da personalidade do adolescente infrator, pode-se dizer que esta é norteada pelo objetivo de aceder ao funcionamento psíquico do sujeito, às esferas cognitivas e afetivas, permitindo apreender sua subjetividade e identificar possíveis problemas comportamentais, afetivos ou cognitivos, e potencialidades e capacidades pessoais (Simões, 1999). Em geral, procura atender questionamentos relacionados à sociabilidade do adolescente, sua orientação social, diante da possibilidade de reincidir na prática de delitos e da (re)inserção social.

No Brasil, no âmbito científico, não se denota uma linha clara de investimento nessa temática (Manzi-Oliveira & Bazon, 2013). Na prática, por seu turno, a necessidade e a importância da avaliação psicológica são reconhecidas nesse campo, embora se observe absoluta falta de consenso sobre o que exatamente avaliar e como fazê-lo, denotando-se ampla variação de critérios e de formas de avaliar os adolescentes em conflito com a lei (Manzi-Oliveira & Bazon, 2013; Maruschi & Bazon, 2013). Verifica-se uma tendência à realização de avaliações em uma perspectiva prioritariamente psicopatológica, geralmente orientada pelo conceito de "psicopatia", alinhada a uma visão maniqueísta, prevalente no Direito Criminal, esquecendo-se que a adolescência é uma etapa transitória da vida (Castro, 2008; Costa et al., 2011).

No âmbito internacional, por outro lado, a avaliação de adolescentes infratores constitui objeto de interesse acadêmico-científico há muitos anos. Com isso, as pesquisas avançaram para desenvolver ferramentas de avaliação ancoradas em modelos teóricos específicos ao tema, visando instrumentalizar os profissionais e colaborar para a compreensão do fenômeno. Denota-se o esforço para que as avaliações estejam centradas em aspectos notadamente relevantes com relação à prática infracional na adolescência (Le Blanc, 2001). Para além da avaliação do risco de reincidência, baseada em instrumentos atuariais consolidados, bastante conhecidos e difundidos, denotam-se esforços para estabelecer procedimentos sistemáticos voltados ao conhecimento dos adolescentes em suas motivações – crenças, valores e atitudes – retratando aspectos da subjetividade construídos ao longo do tempo, nas interações entre o indivíduo e o contexto, em uma determinada realidade comunitária e sociocultural (Gallo, 2008). O *Jesness Inventory-Revised* (JI-R; Jesness, 2003) é um instrumento elaborado e aperfeiçoado como um recurso para esse tipo de avaliação.

O JI-R é um dos instrumentos mais amplamente utilizado no contexto do Sistema de Justiça Juvenil Norte americano (EUA e Canadá) para avaliar adolescentes infratores, ao lado do *Minnesota Multiphasic Personality Inventory – Adolescent* – MMPI-A e do *Millon Adolescent Clinical Inventory* - MACI (Pinsoneault & Ezzo, 2011). O JI-R é muito valorizado quando a demanda é compreender o funcionamento psicológico de adolescentes infratores em função de suas especificidades (Wenger & Pueyo, 2016). Sua aplicação e correção são simples, sendo composto por um conjunto de itens (n=160) de fácil compreensão aos adolescentes. Focaliza variáveis consideradas dinâmicas, atinentes a aspectos do funcionamento psicológico relacionados às condutas antissociais, suscetíveis às intervenções psicossociais, como crenças/valores e atitudes antissociais, e traços de personalidade que possuem relação com condutas de risco, especialmente a impulsividade, a hostilidade e a busca de sensações (Jesness,

2003). Por essas razões o JI-R caracteriza-se como instrumento muito adequado ao contexto de acompanhamento socioeducativo (Semel, 2016). Mostra-se sensível às mudanças que podem se processar nas cognições, emoções e sentimentos, sejam em função da idade ou de novas experiências, característica que reforça seu potencial de uso nas etapas do acompanhamento socioeducativo/intervenção psicossocial. Oferece um indicador global, denominado Índice de Associabilidade (IA), aferido a partir da combinação de escores obtidos em algumas de suas escalas, que se relaciona com níveis de risco de reincidência em atos antissociais/delitos, tomando por base a avaliação da orientação (anti)social do adolescente. Avalia ainda outros aspectos do funcionamento psicológico não associados à conduta antissocial/delituosa - pensamentos e sentimentos -, a fim de auxiliar na apreensão da subjetividade do adolescente avaliado, de modo mais geral.

Este instrumento é estudado na realidade brasileira há algum tempo, de modo que se tem a versão nacional: o Inventário de Jesness – Revisado Brasileiro (IJ-R-Br; Manzi-Oliveira, 2012; Bazon, 2016). Nos estudos já realizados se obteve evidências de adequadas qualidades psicométricas no IJ-R-Br. Índices de confiabilidade satisfatórios foram encontrados para a maior parte das escalas do instrumento. No que se refere à validade, várias de suas medidas diferenciaram infratores de não infratores de forma bastante precisa (Costa, Komatsu & Bazon, 2017; Costa, Komatsu, Manzi-Oliveira & Bazon, 2019). Mediante a necessidade de se dispor de instrumentos padronizados, no Brasil, para a área forense, específicos à avaliação de adolescentes infratores, propõe-se aqui a dar continuidade aos estudos sobre o IJ-R-Br. Em efeito, o presente estudo descreve uma das etapas de obtenção de uma versão reduzida do IJ-R-Br, baseada na seleção de itens, usando o modelo multidimensional da Teoria de Resposta ao Item (TRI), ajustado a itens aos quais as respostas podem avaliar múltiplas habilidades/traços (DeMars, 2015).

A proposta de redução do IJ-R-Br associa-se a questões práticas e a questões técnicas. No tocante a questões práticas, embora o Inventário não tenha um número excessivo de itens (n=160), quando comparado a outros instrumentos de avaliação de personalidade tradicionais como, por exemplo, o MMPI-A, ele se destina a um grupo mais específico: adolescentes em conflito com a lei, o que justifica esforços nessa direção. Os adolescentes em conflito com a lei, grosso modo, apresentam características sociais e pessoais mediante as quais um instrumento de avaliação longo pode ser contraproducente para se obter informações com a qualidade almejada. Eles apresentam, em geral, significativa defasagem escolar, em razão de reprovações e/ou de períodos de evasão escolar (Silva, Cianflone & Bazon, 2016). Essa condição indica menor proficiência em leitura e interpretação de textos. Assim, quanto mais longo o instrumento

proposto a esse grupo, maior o desafio imposto e também o risco de se obter respostas baseadas em uma compreensão falha do “texto”.

Ademais, Worthington e Whittaker (2006) apontam, tendo por base a literatura especializada em avaliação psicológica, que a aplicação de um instrumento não deve levar mais que 50 minutos e que, a depender do objetivo da avaliação e de quem são os respondentes - sua motivação com respeito à avaliação -, esse tempo deve ser menor e girar entre 15 e 30 minutos. O tempo médio requerido para a aplicação do IJ, conforme consta em seu Manual, é de 20 a 30 minutos (Jesness, 2003). Nas pesquisas realizadas no contexto nacional esse tem girado em torno dos 30-40 minutos quando autoaplicado e 35-45 minutos quando aplicado na forma de entrevista estruturada, o que ultrapassa em muito o tempo preconizado, sobretudo ao se avaliar adolescentes que, em razão de sua conduta, encontram-se involuntariamente em um contexto regulado por instituições de controle social, circunstância que afeta sua disposição para colaborar com o processo avaliativo.

Em termos técnicos, malgrado as evidências de validade discriminante do IJ-R-Br, sua análise fatorial confirmatória indicou resultados sofríveis em boa parte das escalas, muito provavelmente em função de efeitos de multicolinearidade. Segundo Bazon (2016), mesmo usando o software MPLus, indicado para esse tipo de análise com instrumento com respostas dicotômicas, não foi possível avaliar o modelo completo do IJ-R-Br, possivelmente em função de muitos itens do instrumento comporem duas ou mais escalas simultaneamente. Os índices de ajustamento obtidos para cada uma das escalas em separado ficaram no limite do aceitável, identificando-se itens com cargas fatoriais negativas ou baixas. Como exemplo, a análise da escala denominada Retraimento (Rt) do IJ-R-Br, composta por 22 itens no modelo original, indicou que 18 deles apresentaram carga fatorial negativa, três cargas positivas, porém baixas, e somente um item atingiu índice satisfatório, mesmo diante da relevância clínica dessa escala e das boas evidências de sua validade convergente (Semel, 2016).

Assim, defende-se que a proposição de uma versão reduzida do IJ-R-Br pode proporcionar seu aperfeiçoamento, favorecendo suas propriedades psicométricas (Goetz et al., 2013), e otimizando sua aplicabilidade junto à população específica a qual se destina (Worthington & Whittaker, 2006). Para tal, reitera-se, recorreu-se à Teoria de Resposta ao Item (TRI), que tem tido o seu uso ampliado na área de redução no número de itens de instrumentos de avaliação, uma vez que estima de forma bastante robusta os itens mais relacionados com o construto de interesse (Edelen & Reeve, 2007).

Método

Os dados utilizados no estudo foram coletados junto a uma amostra de conveniência, composta por 954 adolescentes do sexo masculino[3], com idades entre 11 e 19 anos, sendo 618 (64,8%) provenientes de escolas do ensino público e 336 (35,2%) de ensino privado do interior do Estado de São Paulo e de Minas Gerais. A Tabela 1 sintetiza a distribuição das idades dos adolescentes da amostra.

Tabela 1. Distribuição da Faixa Etária da Amostra

Idade	n	%
11 anos	75	7,9
12 anos	144	15,1
13 anos	133	13,9
14 anos	120	12,6
15 anos	132	13,8
16 anos	161	16,9
17 anos	136	14,3
18 anos	43	4,5
19 anos	10	1,0
Total	954	100,0

A coleta de dados foi feita com a aplicação do Inventário de Jesness – Revisado – Brasileiro (IJ-R-Br). Como em sua versão original, em inglês (Jesness, 2003), o IJ-R-Br é composto por 160 itens que o adolescente responde dicotomicamente: Verdadeiro (V) ou Falso (F). Diferentes combinações destes itens resultam em escores em 10 escalas de personalidade: Desadaptação Social (DS); Orientação de Valores (OV); Imaturidade (Im); Autismo (Au); Alienação (Al); Agressividade manifesta (AM); Retraimento/Depressão (Rt/Dep); Ansiedade Social (AS); Repressão (Rep); Negação (Ng). Há também duas escalas que remetem a indicadores comportamentais relacionados a diagnósticos psiquiátricos previstos no DSM-IV (APA, 1994 *apud* Jesness, 2003): Transtorno de Conduta (TC) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD).

Coleta de dados

Antes de se proceder à coleta de dados, o projeto foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CAAE nº 86860718.1.0000.5407). Na sequência,

[3] Os estudos de padronização e investigação de propriedades psicométricas devem ser realizados em função do sexo dos respondentes (Jesness, 2003).

escolas públicas e privadas, que tinham turmas do fundamental II, a partir do 7º ano até o ensino médio, envolvendo os três anos, em cidades do interior de São Paulo e Minas Gerais (Ribeirão Preto e Juiz de Fora, respectivamente), foram contatadas. Nas escolas, procedeu-se ao convite aos alunos e ao envio de solicitação dos consentimentos dos pais/responsáveis. Junto aos jovens voluntários, autorizados pelos pais/responsáveis, aplicou-se o IJ-R-Br, em pequenos grupos, em salas de aula das próprias escolas.

Procedimentos de Análise de Dados

As análises foram realizadas pelo pacote *Multidimensional Item Response Theory* (MIRT; Chalmers, 2012) do software R, o qual proporciona parâmetros que descrevem a interação destes com os traços latentes (dimensões/construtos psicológicos medidos) e respostas aos itens. Neste trabalho, o software utilizado não comportou igualmente a realização da Análise Fatorial Confirmatória do modelo completo do IJ-R-Br. A opção foi adotar a estratégia de avaliar cada escala em separado, com uma etapa adicional anterior: Modelo Exploratório de Teoria de Resposta ao Item (EMIRT) para cada uma delas, também em separado, devido a multidimensionalidade inerente às escalas do IJ-R-Br. Nesta etapa, foram gerados modelos de 1 a 7 dimensões para cada escala e comparados por meio da análise de variância. Foram selecionados os melhores modelos, com base nos critérios de informação Bayesiano (BIC) e Akaike (AIC), identificando-se mais de uma subdimensão em todas as escalas, à exceção da escala TC - Transtorno de Conduta e TOD - Transtorno Opositivo Desafiador, que se mantiveram com uma única dimensão.

Após identificar o número de subdimensões em cada escala, os itens que contribuíram pouco para os achados foram excluídos, com base na análise do parâmetro α (índice discriminativo), calculado para cada item, em cada subdimensão da escala. Os valores foram analisados de acordo com parâmetros estabelecidos por Baker (2001): índices entre 0 ou valores inferiores não oferecem discriminação; entre 0,01 e 0,34 oferecem discriminação muito baixa; entre 0,35 a 0,64 oferecem discriminação baixa; entre 0,65 e 1,34 discriminação moderada; e entre 1,35 e 1,69, alta discriminação. A partir do resultado das Análises Fatoriais Exploratórias (AFEs), com as subdimensões correspondentes a cada escala e um conjunto total menor de itens, passou-se ao Modelo Confirmatório de Teoria de Resposta ao Item (CMIRT), também tratando cada escala separadamente, a fim de avaliar o desempenho dos itens e, então, selecionar aqueles com melhor capacidade discriminativa.

Após esse procedimento foi realizada análise de conteúdo das escalas e suas subdimensões com a intenção de verificar se o significado das escalas da versão reduzida se assemelhava ao da versão original. Para isso, dois juízes com formação em Psicologia e familiarizados com o instrumento avaliaram, de forma independente, a qual construto latente os itens remetiam. A partir disso analisou-se o construto latente de cada subdimensão e de cada escala, comparando-se a análise independente dos juízes. Em casos de discordância, um terceiro juiz foi consultado para a tomada da decisão técnica sobre o item.

Resultados

Os resultados das EMIRT para cada escala em separado apontaram para soluções de três a quatro subdimensões em cada escala do instrumento - à exceção das indicativas de transtornos, que se mostraram unifatoriais, conforme já mencionado. Nesta primeira etapa de seleção de itens foram excluídos itens cujos índices discriminativos se mostraram menores que 0,34 – considerando que não ofereciam discriminação ou que esta era muito baixa (Baker, 2011). A Tabela 2 resume a informação sobre o número/a quantidade de itens segundo a classificação α, por escala. À frente do nome de cada escala há, entre parêntesis, o número total de itens que compõe cada escala, no instrumento original, e na coluna seguinte o número de subdimensões identificadas inicialmente em cada escala correspondente.

Tabela 2. Número de Itens por Escala Conforme a Classificação dos α a partir da EMIRT

Escala (nº inicial de itens)	**Subd.**	**Excluídos (α até 0,34)**	**Baixa (α entre 0,35 e 0,64)**	**Moderada (α entre 0,65 e 1,34)**	**Alta (α > 1,35)**
1. Desadaptação Social (62)	3	14	10	35	3
2. Orientação de Valores (38)	4	29	5	2	2
3. Imaturidade (29)	4	5	14	5	5
4. Autismo (26)	4	7	8	8	3
5. Alienação (25)	4	5	7	7	6
6. Agressividade Manifesta (31)	4	2	7	15	7
7. Retraimento (22)	4	3	3	9	7
8. Ansiedade Social (20)	4	3	6	9	2
9. Negação (19)	4	5	6	8	-
10. Repressão (14)	4	1	3	8	2
11. TC (14)	1	1	0	8	5
12. TOD (16)	1	2	1	9	4

Por vezes, um mesmo item foi retirado de uma escala, mas preservado em outra, quando nesta apresentou desempenho adequado (α satisfatório). Os procedimentos de seleção de itens não objetivaram tornar os itens exclusivos a cada escala. Todavia, houve, com tal procedimento, uma melhor depuração nestes. Os números nas colunas referentes às faixas de discriminação "Baixa", "Moderada" e "Alta" do α indicam a quantidade de itens em cada uma, por escala. A partir deste resultado, ou seja, mantendo-se nas escalas os itens com valores α nessas faixas, passou-se à etapa da CMIRT. Destaca-se que em algumas escalas, o mesmo item compõe mais de uma subdimensão identificada. Por exemplo, na escala denominada Imaturidade (Im), o item 55 compõe duas das quatro subdimensões, tendo em ambas α na classe "Alta". Assim, este item foi contabilizado só uma vez. Contudo, nos casos em que o mesmo item apresentou valores α em diferentes faixas, para fins de apresentação de dados, manteve-se a regra de contabilizar cada item uma só vez, privilegiando o registro do melhor desempenho do item.

Após a exclusão de itens, algumas subdimensões identificadas a priori foram suprimidas, especificamente nas escalas Retraimento (Rt), Negação (Neg), Agressividade Manifesta (AM), Alienação (Al) e Orientação de Valores (OV). Na Tabela 3, nota-se um número inferior de subdimensões identificadas em relação ao resultado da EMIRT. Isso ocorreu porque todos os itens de determinadas subdimensões situaram-se na faixa de "não discriminação" ou "muito baixa discriminação", o que resultou em modelos mais simples para estas escalas.

Tabela 3. Classificação dos α dos Itens para Cada Escala a partir da CMIRT

Escala (nº final itens)	**Subd.**	**Excluídos (α até 0,34)**	**Moderada (α entre 0,65 e 1,34)**	**Alta (α > 1,35)**
1. Desadaptação Social (41)	3	9	26	15
2. Orientação de Valores (15)	3	6	8	7
3. Imaturidade (9)	4	15	4	5
4. Autismo (11)	4	8	6	5
5. Alienação (8)	3	12	4	4
6. Agressividade Manifesta (14)	3	15	10	4
7. Retraimento (6)	1	13	3	3
8. Ansiedade Social (9)	4	8	7	2
9. Negação (8)	2	6	5	3
10. Repressão (7)	4	6	3	4
11. TC (9)	1	4	3	6
12. TOD (5)	1	9	2	3

Nesta etapa, a lógica foi selecionar itens com melhor desempenho, e não excluir aqueles com desempenho insatisfatório. Dessa forma, mantiveram-se itens somente com α moderado e alto. Os seguintes itens (86 ao total) foram selecionados para compor a versão reduzida do instrumento: 3; 4; 10; 11; 14; 15; 17; 19; 20; 22; 23; 25; 27; 28; 30; 31; 33; 35; 36; 37; 44; 49; 51; 55; 58; 60; 61; 63; 64; 65; 66; 67; 68; 69; 71; 72; 73; 76; 77; 78; 79; 83; 87; 88; 91; 93; 94; 95; 96; 98; 99; 101; 102; 103; 104; 107; 111; 112; 113; 115; 117; 121; 122; 123; 125; 128; 129; 130; 131; 133; 135; 138; 140; 142; 143; 144; 145; 146; 147; 148; 150; 152; 153; 154; 157; 159**.**

Quando comparados os dados das tabelas 2 e 3, percebe-se que, após exclusão de itens, para a maioria das escalas, o número bruto de itens com valor α considerado alto, aumentou ou se manteve igual, mesmo com a diminuição do número total de itens. Como o procedimento foi realizado por escala, alguns dos itens que permaneceram no instrumento deixaram de pertencer a algumas escalas. Por exemplo, o item 111, "*Em casa, muitas vezes eu sou culpado por coisas que eu não fiz*", originalmente compartilhado por cinco escalas, na proposta de versão reduzida, passou a compor três. O item 147, "*Para o meu tamanho, eu sou um cara durão*", originalmente pertencente a quatro escalas, na versão reduzida, foi mantido somente em duas.

A Tabela 4 apresenta a síntese da análise preliminar de conteúdo das escalas e das subdimensões identificadas. Foi verificado que o significado teórico das escalas foi mantido. Alguns conteúdos se repetem em subdimensões de diferentes escalas, por exemplo, o construto "*desconfiança das figuras de autoridade*" aparece em duas subdimensões de DS e em uma subdimensão de OV. Assim ocorre com o conteúdo "*atitude favorável a comportamentos antissociais*" que aparece em duas subdimensões de DS, em uma subdimensão de OV e em uma subdimensão de Au.

Tabela 4. Análise Preliminar de Conteúdo das Escalas e Subdimensões

Escala	Definição	Itens	Subdimensões - Descrição
DS	Atitude favorável a adoção de comportamentos antissociais	22 itens	Desconfiança das figuras de autoridade; Atitude favorável a resolução de conflitos por meio da força física; Orientação antissocial
		25 itens	Desconfiança das figuras de autoridade; Sentimento de mal-estar e inadequação social; Orientação antissocial
		3 itens	Autoconceito positivo
OV	Crenças simplistas sobre a realidade	8 itens	Atitude favorável a comportamentos antissociais e fatalismo
		4 itens	Percepção de relações conflituosas na família
		4 itens	Desconfiança das figuras de autoridade
Im	Pensamentos comuns a pessoas mais novas	1 item	Busca por sensação/estimulação
		4 itens	Locus de controle externo
		3 itens	Dificuldade em controlar o próprio comportamento
		3 itens	Ingenuidade na avaliação de situações/motivações
Au	Distorção da percepção de si e da realidade em benefício próprio	8 itens	Distorção da realidade, percepção de desconforto e solidão
		3 itens	Atitude favorável a comportamentos antissociais
		3 itens	Autoestima inflada
Al	Estranhamento face ao outro	6 itens	Atitude negativa/ fatalismo
		4 itens	Desconfiança dos outros e desesperança
		3 itens	Atitude negativa/ fatalismo
AM	Percepção de sentimentos de raiva	13 itens	Sensação de que não ser capaz de controlar emoções e ações
		11 itens	Percepção de sentimentos de raiva
		5 itens	Percepção de sentimentos negativos
Rt	Emotividade negativa/ desamparo	6 itens	Emotividade negativa / desamparo
AS	Sentimentos de ansiedade em situações sociais	4 itens	Ansiedade geral
		1 itens	Autoestima frágil
		2 itens	Ansiedade em relação à própria performance
		4 itens	Ansiedade em interações sociais
Neg	Negação aspectos negativos na família e em si	2 itens	Negação de aspectos negativos na família
		7 itens	Negação de aspectos negativos na família e em si
Rep	Repressão aspectos negativos individuais e relacionais	3 itens	Repressão de aspectos negativos em si e nas relações
		4 itens	Repressão de aspectos negativos relacionais
		5 itens	Repressão de aspectos negativos em si e nas relações
		3 itens	Autoestima inflada (superestimação das capacidades)

Discussão

De forma geral, em comparação aos resultados descritos por Bazon (2016), os achados do presente estudo mostraram que os modelos e os itens do IJ-R-Br tiveram um desempenho melhor, com índices de ajustamento adequado e índices discriminativos mais diversificados. Acredita-se que isso se deve à técnica utilizada nas análises, a Teoria de Resposta ao Item (TRI). Por mais que tenham resultados análogos, a Teoria Clássica de Testes (TCT) e a TRI implicam em procedimentos distintos, sendo que para instrumentos em que se detecta multidimensionalidade, a TRI é mais apropriada, ao passo que para instrumentos de estruturas unidimensionais, a TCT e a TRI se equivalem (Raykov & Marcoulides, 2016).

O melhor desempenho dos itens também pode estar associado à identificação das subdimensões, resultantes das EMIRT. A apreensão de multidimensionalidade nas escalas do IJ-R-Br pode significar um importante avanço na compreensão do inventário e na sua melhor exploração, uma vez que sinalizam questões fundamentais da estrutura interna do instrumento. O arranjo em subdimensões permite avaliar o desempenho dos itens de uma nova maneira, agrupados em subconjuntos com mais alta relação com um construto/traço latente aferido. Como exemplo, retomam-se os resultados da escala Rt, cujo desempenho foi insatisfatório nas análises realizadas por Bazon (2016), a despeito de evidências sólidas de validade convergente (Semel, 2016), o que não é incomum. No presente, os resultados da EMIRT apontaram, inicialmente, quatro subdimensões, as quais, após exclusão de itens insatisfatórios e realização de CMIRT, resultaram em uma dimensão, com seis itens com capacidade discriminativa moderada e alta, o que retrata um aperfeiçoamento substancial da escala. Assim, parece que tratar Rt como uni fatorial / unidimensional, quando, na verdade, possuía quatro fatores/dimensões, prejudicava o desempenho dos itens nas avaliações.

A hipótese que emerge dos resultados aqui obtidos é de que isto ocorreu em praticamente todas as escalas do IJ-R-Br, no estudo anterior (Bazon, 2016), em maior ou menor grau. Para Rt, após a seleção de itens, três subdimensões da escala foram suprimidas, tornando a estrutura mais simples, assim como para três outras do Inventário.

Ainda que o formato ideal das escalas de um instrumento de avaliação psicológica seja a unifatorial (em termos estatísticos), as evidências encontradas não permitiram alcançar essa condição. Ademais, os procedimentos de seleção de itens não objetivaram alcançar a exclusividade dos itens nas escalas. Para tal, seria necessário avaliações de conteúdo dos itens – semelhante àquelas realizadas por ocasião da elaboração do instrumento – correndo-se o risco de desperdiçar o potencial teórico inerente à multidimensionalidade do próprio do inventário, tão válida clinicamente. De todo modo, a exclusão de itens pelos procedimentos adotados

concorreu para a diminuição no número de itens compartilhados entre as escalas, assim como simplificou a estrutura de algumas delas. Todavia, o fato de alguns itens terem se mantido em mais de uma escala simultaneamente sugere que estes são multidimensionais em relação aos traços/construtos que medem.

A seleção dos 86 itens, por meio de procedimentos estritamente estatísticos, é uma limitação. A análise de seus conteúdos é importante. Entretanto, esta decisão foi tomada com base em um método de análise de dados mais avançado (TRI), o qual ofereceu a segurança de uma avaliação mais sofisticada do inventário, com resultados que ajudaram a selecionar os itens que melhor discriminaram adolescentes com alto nível no construto medido em relação aos demais. Ainda, defende-se que a estratégia para classificação dos índices discriminativos foi ponderada, visto que não foram selecionados somente itens com alto desempenho, para que se evitasse excluir itens potencialmente relevantes em termos teóricos.

Obviamente, os resultados têm de ser tomados com cautela, dado que a intenção foi não alterar a estrutura do instrumento, mas compreendê-la melhor a fim de decidir as futuras etapas de investigação que possam tornar o IJ-R-Br viável para uso profissional. Um dos esforços nesse sentido será utilizar as subdimensões identificadas para aprimorar a descrição das escalas do IJ-R-Br ou até mesmo verificar se não houve modificações significativas em sua capacidade interpretativa, por meio da avaliação de conteúdo por especialistas, ainda que na análise preliminar de conteúdo aqui realizada se considerou que as escalas mantiveram os significados teóricos do instrumento original.

De todo modo, considera-se que tenham sido excluídos itens com pouca relação com o construto medido. Nesse sentido, análises relativas a evidências de validade convergente das diferentes medidas da versão reduzida do inventário são oportunas. No momento, trabalha-se na coleta de dados com a aplicação desta versão reduzida em amostra independente para verificar as propriedades psicométricas deste conjunto de itens remanescentes.

O desenvolvimento de ferramentas de avaliação psicológica específicas para a área forense, concernindo especificamente a problemática relativa ao envolvimento de adolescentes com a prática de atos infracionais, como o IJ-R-Br, em paralelo a outros avanços na avaliação de aspectos relevantes nas esferas familiar, escolar e comunitária, representa um passo importante à superação de um cenário de práticas pouco sistemáticas, no Brasil, no âmbito dos programas e serviços relativos ao Sistema de Justiça Juvenil (Maruschi & Bazon, 2013). Representa um recurso alinhado ao que preconiza a legislação internacional e nacional, referente à necessidade de entender o adolescente para além do ato infracional que praticou (ECA, 1990; Conanda & Sedh, 2002; SINASE, 2012), mas também contornando o viés de vê-

lo tão somente pela perspectiva da psicopatologia (XXX). A possibilidade de usar adequadamente instrumento como o Inventário de Jesness na área forense ajudará a deixar para trás a tendência de compreender o adolescente pelo prisma do delito cometido, o que, ao longo da história, vem concorrendo para práticas tutelares, baseadas em disciplina punitiva (Rodrigues, Oliveira & Rocha, 2017).

Referências

Adorno, S. (2002). Youth crime in São Paulo: Myths, images and facts. In S. Rotker (Ed.), *Citizens of fear—Urban violence in Latin America* (pp. 102–116). New York: Rutgers, The State University of New Jersey Press

Aizer, A. & Doyle, J. J. (2015). Juvenile incarceration, human capital and future crime: Evidence from randomly assigned judges. *The quartely journal of economics, 130*(2), 759-803. doi: 10.1093/qje/qjv003

Assembleia Geral das Nações Unidas. (1985). *Regras de Beijing.*

Baker, F. (2001). *The basics of item response theory*. College Park, MD: Eric Clearinghouse on Assessment and Evaluation.

Barnert, E. S., Dudovitz, R., Nelson, B. B., Coker, T. R., Biely, C., Li, N., & Chung, P. J. (2017). How Does Incarcerating Young People Affect Their Adult Health Outcomes? *Pediatrics, 139*(2). doi: 10.1542/peds.2016-2624

Bernburg, J. G. & Krohn, M. D. (2006). Labeling, life chances and adult crime: The direct and indirect effects of official intervention in adolescence on crime in early adulthood. *Criminology, 41*(4), 1287-1318. doi: 10.1111/j.1745-9125.2003.tb01020.x

Bazon, M. R. (2016). *Avaliação Psicológica de Adolescentes em Conflito com a Lei: Validação do Inventário de Jesness – Revisado.* Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo.

Brasil, Ministério dos Direitos Humanos (MDH). (2018). *Levantamento anual SINASE 2016.* Brasília: Ministério dos Direitos Humanos.

Brasil. Lei nº 12.594, 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, regulamenta a execução da medida socioeducativa e altera algumas leis.

Casey, S. (2011). Understanding Young Offenders: Developmental Criminology. The Open *Criminology Journal, 4*, 13-22. doi: 10.2174/1874917801104010013.

Castro, A. L. S., & Guareschi, P. (2008). Da provação da dignidade social à provação da liberdade individual. *Psicologia & Sociedade, 20*(2), 200-207.

Costa, L. F., Penso, M. A., Sudbrack, M. F. O. & Jacobina, M. P. (2011) Adolescente em conflito com a lei: o relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. *Psicologia em Estudo, 16*(3), 379-387.

Chalmers, R. P. (2012). Mirt: a multidimensional item responsa theory package for The R environment. *Jornal of Statistical Software, 48*(6). Doi: 10.18637/jss.v048.i06

Conanda & Sedh (2002). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo* – SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília: CONANDA.

Conselho Nacional de Justiça (2012) *Panorama Nacional. A execução das medidas socioeducativas de internação.* Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/panorama_nacional_doj_web.pdf

Conselho Nacional de Justiça & Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011) e Justiça infanto-juvenil: situação atual e critérios de aprimoramento. Relatório de Pesquisa. Brasília.

Costa, R.; Komatsu, A. V., & Bazon, M. R. (2017). Psychological Assessment of Adolescent Offenders. *International Annals of Criminology, 55*(1), 60-77. doi:10.1017/cri.2017.2

Costa, R. C S. Komatsu, A. V., Manzi-Oliveira, & Bazon, M. R. (2019). Avaliação psicológica em delinquência juvenil: confiabilidade e de validade do Inventário de Jesness, *Psico PUC RS,* 3(50), (no prelo)

DeMars, C. R. (2016) Partially Compensatory Multidimensional Item Response Theory Models: Two Alternate Model Forms. *Educational and Psychological Measurement, 76*(2), 231-257. doi: 10.1177/0013164415589595.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Edelen, M. O. & Reeve, B. B. (2007) Applying item response theory (IRT) modeling to questionnaire development, evaluation, and refinement. Quality of Life Research: An *International Journal of Quality of Life Aspects of Treatment, Care and Rehabilitation. 16*(1), 5-18. doi: 10.1007/s11136-007-9198-0.

Gallo, A. E. (2008) Atuação do Psicólogo com adolescentes em conflito com a lei: A Experiência do Canadá, *Psicologia em Estudo, 13*(2), 327-334, doi: 10.1590/S1413-73722008000200015

Goetz, C., Coste, J. , Lemetayer, F., Rata, A., Montel, S., Recchia, S., Debouverie, M., Pouchot, J., Spitz, E. & Guillemin, F. (2013) Item reduction based on rigorous methodological

guidelines is necessary to maintain validity when shortening composite measurement scales. *Journal of Clinical Epidemiology 66*, 710-718. doi: 10.1016/j.jclinepi.2012.12.015

Instituto Sou da Paz (2018). Aí eu voltei para o corre: Estudo da reincidência infracional do adolescente no Estado de São Paulo. São Paulo (SP): Instituto Sou da Paz. Disponível em: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/ai_eu_voltei_pro_corre_2018.pdf

Ipea & FBSP. (2018). *Atlas da Violência 2018.* Rio de Janeiro (RJ): Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Jesness, C. F. (2003). *Jesness Inventory-Revised. Technical Manual*. North Tonawanda, USA: MHS.

Le Blanc, M. (2001). MASPAQ: *Mesures de L'adaptation Sociale et Personnelle pour les Adolescents Québécois. Manuel et Guide D'utilisation* (4a ed.). Montréal: Université de Montréal.

Maruschi, M. C., & Bazon, M. R. (2013). Justiça juvenil: a aplicação e a execução das medidas socioeducativas pelos parâmetros do modelo "Risco-Necessidade- Responsividade". In Prêmio Innovare: 10 Anos - A Justiça do Século XXI (Vol. 1, pp. 42-72,). Rio de Janeiro: Instituto Innovare.

Manzi-Oliveira, A. B. (2012). *Avaliação de adolescentes em conflito com a lei: adaptação transcultural do Inventário de Personalidade de Jesness* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Manzi-Oliveira, A. B. & Bazon, M. R. (2013) Avaliação psicológica de adolescentes infratores: uma revisão sistemática da literatura nos últimos dez anos. In Roberto da Silva, João Clemente de Souza Neto e Francisca Rodrigues Pini (Orgs.). *Ciência da delinquência: o olhar da USP sobre o ato infracional, o infrator, as medidas socioeducativas e suas instituições.* São Paulo (SP): Expressão e Arte.

Pinsoneault, T. B., & Ezzo, F. R. (2011). Efficacy of the Jesness Inventory-Revised Conduct Disorder and Oppositional Defiant Disorder Scales. *Journal of Knowledge and Best Practices in Juvenile Justice and Psychology, 5*(1), 31-36.

Raykov, T. & Marcoulides, G. A. (2016) On the relationship Between Classical Test Theory and Item Response Theory: From One to the Other and back. *Educational and Psychological Measurement, 76*(2) 325–338, doi: 10.1177/0013164415576958

Rodrigues, C. D.; Oliveira, V. C., & Rocha, R. L. S. (2017) Brazil. In Decker, S. H., & Marteache, N. (2017) *International Handbook of Juvenile Justice* (pp. 71-89). USA: Ed. Springer. doi: 10.1007/978-3-319-45090-2.

Semel, R. A. (2016) Incorporating the Jesness Inventory-Revised (JI-R) in a Best-Practice Model of Juvenile Delinquency Assessments. *Journal of Forensic Psychology Practice,* 16(1), 1-23. doi.: 10.1080/15228932.2016.1119516

Silva, J. L.; Cianflone, A. R. L., & Bazon, M. R. (2016) School bonding of adolescent offenders. *Paidéia* (Ribeirão Preto), *26*, 91-100. doi: 10.1590/1982-43272663201611.

Simões, M. R. (1999). O Ensino e a Aprendizagem da Avaliação Psicológica: O caso da Avaliação da Personalidade. *Psychologica, 22*, 135-172.

Urbina, S. (2006) *Fundamentos da testagem psicológica.* Porto Alegre (RS): Artmed.

Wenger, L. & Andrés Pueyo, A. (2016). Tests forenses en español para evaluar adolescentes infractores. *Papeles del Psicólogo, 37*(2), 107-117.

Worthington, R. L., & Whittaker, T. A. (2006). Scale development research a content analysis and recommendations for best practices. *The Counseling Psychologist, 34*, 806-838. Doi 10.1177/0011000006288127.

3. MANUSCRITO II - Versão reduzida do Inventário de Jesness – revisado: precisão e validade de constructo[4]

Costa, R., & Bazon, M. R. (2020). Versão reduzida do Inventário de Jesness – revisado: precisão e validade de constructo. Artigo submetido a revista *Psico USF* (Ver Anexo B)

Resumo
Os objetivos deste estudo foram obter e analisar evidências de precisão e de validade de constructo para as 12 escalas da versão reduzida do IJ-R-Br. A amostra total do estudo foi composta por 522 adolescentes escolares, do sexo masculino, com idades entre 12 e 18 anos. Todos responderam a versão reduzida do IJ-R-Br. A precisão foi avaliada por meio da função de confiabilidade empírica e do cálculo dos coeficientes de correlação r de Pearson para obter medida de estabilidade temporal. Análises da Teoria Multidimensional de Resposta ao Item foram realizadas para obter evidências de validade de constructo. Os resultados denotam propriedades psicométricas ajustadas. Os indicadores insatisfatórios encontradas estão em concordância com achados em outros estudos, sugerindo que não há perdas em relação à versão completa. Defende-se a continuidade do investimento em ferramentas de avaliação psicológica como o IJ-R-Br, voltados a adolescentes com problemas significativos de comportamento.
Palavras chave: teoria de resposta ao item; avaliação psicológica; personalidade; delinquência juvenil; psicometria

Introdução

A avaliação das propriedades psicométricas de uma medida psicológica é central para viabilizar o seu uso clínico (Price, 2016; Lozano & Turbany, 2013). Neste estudo, pretende-se colocar a teste a proposta de versão reduzida do Inventário de Jesness – revisado brasileiro (Costa, Komatsu, Galinari & Bazon, 2020), um instrumento cujo objetivo é avaliar aspectos psicológicos de adolescentes para os quais há uma preocupação relacionada a comportamentos antissociais, ou mais especificamente a prática de delitos e a violência (Jesness, 2003). A sua versão original, o *Jesness Inventory – Revised* (JI-R; Jesness, 2003), é composta por 160 itens aos quais se responde dicotomicamente: verdadeiro (V) ou falso (F). Diferentes combinações entre estes itens proporcionam escores em 12 escalas diferentes. Dez destas escalas avaliam crenças, atitudes, pensamentos/opiniões e emoções, sendo algumas relativas a aspectos da personalidade associados ao engajamento em condutas antissociais/delituosas e outras não, ainda que todas sejam relevantes à compreensão do funcionamento psicológico dos adolescentes (Wenger & Pueyo, 2016). São elas: Desadaptação Social (DS); Orientação de

[4] Apoio institucional FAPESP nº processo 2018/17018-3

Valores (OV); Imaturidade (Im); Autismo (Au); Alienação (Al); Agressividade manifesta (AM); Retraimento (Rt); Ansiedade Social (AS); Repressão (Rep); Negação (Neg). As outras duas escalas, Transtorno de Conduta (TC) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) - remetem a indicadores comportamentais relacionados a diagnósticos psiquiátricos previstos no DSM-IV (APA, 1994 *apud* Jesness, 2003). Destaca-se que algumas escalas do Inventário compartilham itens entre si. Há ainda o Índice de Associabilidade (IA), calculado por meio da aplicação de uma fórmula que combina escores de oito das escalas de personalidade (DS, OV, Au, Al, AM, Rt, AS e Rep). Este visa aferir o risco de persistência dos comportamentos antissociais – delituosos – tendo por base a orientação atitudinal.

Assim, o JI-R possibilita uma avaliação multidimensional da personalidade e, ainda, se mostra sensível a mudanças no tempo, em períodos relativamente curtos, considerando que se centra em aspectos de personalidade suscetíveis a transformação, sobretudo na adolescência (crenças/valores, atitudes, opiniões, etc.). Ademais, ele é composto por itens de fácil compreensão, pertinentes ao universo "jovem".

Nesta investigação, o objeto é obter evidências de precisão e validade de constructo da versão reduzida do Inventário de Jesness – revisado brasileiro, proposta por Costa, Komatsu, Galinari e Bazon (2020), levando em conta dados de uma amostra independente. As evidências de precisão informam sobre o erro na medição e, portanto, devem ser conhecidas, para que se possam fazer inferências válidas a partir dos escores do teste. A validade de constructo é considerada o pilar nas pesquisas de validade e examina se os itens de uma escala/teste estão relacionados ao constructo esperado ou a uma dimensão secundária (Taylor, 2013). Assim, a revisão de literatura apresentada se centra nos estudos de investigação destas propriedades da versão extensa, mais recente do JI-R, em seu contexto de original (os EUA e o Canadá; Jesness, 2003), assim como de versões adaptadas a outros contextos socioculturais (Chile e Espanha; Wenger-Amengual, 2010; Ergas & Narvaéz, 2015; Wenger, 2018), incluindo o brasileiro (Inventário de Jesness – Revisado Brasileiro; IJ-R-Br; Costa, Komatsu, Manzi-Oliveira & Bazon, 2019).

Quanto às evidências de precisão do JI-R, as escalas Rt, AS, Rep e Neg reiteradamente apresentam desempenho insatisfatório, seguidas por TOD. Por outro lado, as escalas de DS, OV, Im, AU, Al AM e TC têm desempenho bastante satisfatório – sobretudo DS, OV e AM – de acordo com o corte de alfa igual ou acima de 0,7 usado para análise nestas investigações (Jesness (2003; Wenger-Amengual, 2010; Ergas & Narváez, 2015; Wenger, 2018; Costa, Komatsu, Manzi-Oliveira & Bazon, 2019). A respeito disso, as escalas Im, Au e Al tem

desempenho considerado insatisfatório somente no estudo de Wenger (2018). Acredita-se que isso deva-se a questões metodológicas de composição da amostra, que foi distinta neste estudo.

A estabilidade temporal do JI-R, uma faceta da propriedade de precisão, também foi alvo de estudos, por meio da técnica de teste-reteste. No contexto Norte Americano, em intervalos de oito meses a um ano, as correlações variaram de 0,35 (em Im) a 0,67 (em AM) (Jesness (2003). No Chile, os resultados indicaram correlação positiva para a totalidade das escalas, sendo todas significativas, variando de 0,84, para DS, a 0,53 para AS (Ergas e Narvaéz, 2015). No Brasil, as correlações também foram todas positivas e significativas, variando entre 0,45 (AS) a 0,71 (Rep.), com intervalo médio entre a primeira a segunda aplicação de 47 dias (Bazon, 2016),

A validade interna do JI-R foi verificada Wenger-Amengual (2010), em Análise Fatorial Exploratória do Inventário, na qual foram obtidos dois grandes fatores. Adicionalmente, há dois estudos espanhóis nos quais se conduziu análises referentes às evidências de validade de constructo do instrumento, embora estes estudos não sejam psicométricos. Nos dois estudos, os resultados denotaram três componentes (Gallardo-Pujol & Pueyo, 2009; Jornet-Gibert, Gallardo-Pujol, Suso & Andrés-Pueyo, 2013). Os dados destes estudos indicam, portanto, que, estatisticamente, uma estrutura de 12 fatores não se confirma, embora os escores destas escalas tenham relevância clínica (Semel, 2016; Olver & Stockdale, 2016).

Na tentativa de investigar a legitimidade da representação dos 12 construtos inerentes à versão original do JI-R, Bazon (2016) propôs uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC) do instrumento. Diante da impossibilidade de avaliar o modelo completo, a autora realizou uma AFC para cada uma das escalas que compõem o Inventário, separadamente, verificando que todas elas estariam no limite do aceitável, com potencial de melhora em seus ajustamentos no caso da remoção de itens com cargas fatoriais negativas e/ou baixas. Na sequência, Costa, Komatsu, Galinari e Bazon (2020), realizaram análises da Teoria Multidimensional de Resposta e propuseram uma versão reduzida do IJ-R-Br com um conjunto de 86 itens. Esta é a versão estudada no presente estudo, norteado pelos seguintes objetivos: 1) obter e analisar evidências de validade de constructo das 12 escalas da versão reduzida do IJ-R-Br; 2); obter e analisar evidências de precisão – índices de precisão e evidências de estabilidade temporal – das 12 escalas da versão reduzida do IJ-R-Br. A hipótese é de que as propriedades psicométricas obtidas neste estudo devem ser melhores que as obtidas em estudos com a versão original do instrumento (ou, ao menos, equivalentes).

Método

Participantes

Foram coletados dados junto a 568 adolescentes do sexo masculino, estudantes matriculados nas séries compreendias entre o 6º ano do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio/Curso Pré Vestibular. Após retirados os casos com dados faltantes, a amostra válida para análise de dados foi de 522 adolescentes escolares do sexo masculino, com idades entre 12 e 18 anos (M = 14,9; DP = 1,9). A distribuição dos adolescentes por tipo de instituição de ensino foi de 75% de escolas da rede pública e 25% de escolas da rede particular, sendo que tal padrão de distribuição se mostra semelhante para cada faixa de idade. Quanto à classe socioeconômica, verificou-se que a grande maioria (77,4%) estaria concentrada nas faixas denominadas B1, B2 e C1. A Tabela 1 sintetiza essas informações.

Uma parcela destes adolescentes (n = 103) foi reavaliada, e respondeu à versão reduzida do IJ-R-Br uma segunda vez (Teste-Reteste). Deste total, 94 adolescentes tinham respostas válidas, a partir dos quais foram realizadas análises referentes a estabilidade temporal do instrumento. Este grupo de adolescentes possuía idade média de 15,2 anos (DP = 1,6) no momento do reteste e 46,8% estudavam em escolas da rede pública de ensino e 53,2% em escolas particulares.

Tabela 1. Distribuição de frequência e porcentagem do número de participantes por idade e classe socioeconômica

Idade	n (%)	**Classe**	n (%)
12 anos	72 (13,8)	**A1**	2 (0,4)
13 anos	76 (14,6)	**A2**	34 (6,5)
14 anos	79 (15,1)	**B1**	120 (23,0)
15 anos	76 (14,6)	**B2**	179 (34,3)
16 anos	78 (14,9)	**C1**	105 (20,1)
17 anos	76 (14,6)	**C2**	42 (8,0)
18 anos	65 (12,5)	**D**	6 (1,1)
		E	12 (2,3)
		n/a	22 (4,3)
Total	522 (100)	**Total**	522 (100)

Instrumentos

Além do emprego da **versão reduzida do Inventário de Jesness – Revisado Brasileiro** (IJ-R; Costa, Komatsu, Galinari & Bazon, 2020), composta por 86 itens, os jovens também responderam a um **Questionário de Caracterização Sociodemográfica**, composto por 12 questões compatíveis com C*ritério de Classificação Socioeconômica Brasil* (ABEP, 2016). O objetivo deste critério é segmentar a população em classes econômicas a partir do poder aquisitivo das famílias. As classes apresentadas são derivadas do método ordinal de classe latente e estão organizadas desde aquela que reúne família com maior poder aquisitivo (A) até as de menor poder aquisitivo (D-E) (Mazzon & Kamakura, 2016).

Procedimento de Coleta de Dados

A coleta aconteceu nos contextos de 13 instituições de ensino, sete da rede pública e seis da rede privada, que tinham Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Curso Pré-Vestibular, em uma cidade do interior do estado de São Paulo. Nas escolas, foram enviadas solicitação de consentimento aos pais/responsáveis. Os adolescentes que assentiram em colaborar responderam aos instrumentos envolvidos na pesquisa, em salas de aula das próprias escolas, em uma aplicação com duração entre 60 e 90 minutos. Para a coleta de teste-reteste (realizada com um intervalo médio de 45 dias), obteve-se autorização para retorno e reavaliação em quatro escolas. Novas autorizações foram solicitadas aos responsáveis e os participantes responderam novamente a versão reduzida do IJ-R-Br. A coleta de dados foi realizada entre agosto de 2018 e novembro de 2019. Previamente, o projeto havia sido analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CAAE nº 86860718.1.0000.5407).

Análise de Dados

Para obter evidências de validade de constructo das escalas do instrumento, cada uma delas foi submetida a análise de estrutura interna, como em estudos anteriores (Bazon, 2016; Costa, Komatsu, Galinari & Bazon, 2020). Devido a possibilidade de haver itens que poderiam ainda ser excluídos nesta etapa, a amostra total do estudo foi dividida aleatoriamente em duas - uma com 70% da amostra total (subamostra 1) e outra com 30% (subamostra 2) – de modo que as decisões em relação a exclusão ou não de itens pudessem

ser tomadas com base na subamostra aleatória 1 para, depois, serem testadas na subamostra aleatória 2.

A análise realizada foi a de Modelo de Teoria de Resposta ao Item, com o pacote *Multidimensional Item Response Theory* (MIRT; Chalmers, 2012) do software R. Esta análise estima três parâmetros (3PL) para os itens: o índice discriminativo (*a)*, que indica a extensão com que o item está relacionado com o constructo subjacente; a dificuldade do item (*b)*, que indica o quanto do construto medido "o respondente deve ter" para dizer sim àquele item, e os acertos ao acaso (*g*), que indica a probabilidade de resposta afirmativa ao item mesmo sem ter alto nível do constructo medido (Xia, Tang, Wu, Wang, & Yu, 2019). A partir da subamostra 1 foram gerados modelos de 1 a 4 dimensões para cada escala. Os modelos foram selecionados por meio da avaliação dos critérios de informação Bayesiano (BIC) e Akaike (AIC) e do índice que mensura a capacidade discriminativa (*a*) dos itens em suas subdimensões. Feito isso, os itens do instrumento foram reavaliados de acordo com seus os índices discriminativos e conteúdo (Costa, Komatsu, Galinari & Bazon, 2020). Na sequência, em relação às escalas para as quais havia indicação de exclusão de itens, procedeu-se a uma nova verificação para o novo conjunto de itens, a partir dos dados da subamostra aleatória 2. O processo realizado para cada escala está descrito na seção de Resultados.

Para obter e analisar evidências de precisão das escalas da versão reduzida foram calculados índices de precisão e estimados os indicadores de estabilidade temporal. Os índices de precisão das escalas foram obtidos por meio da *Empirical Reliability*, uma função do pacote MIRT (Chalmers, 2012), calculada com base nas estimativas de traço latente e erros padrões associados. Para a estabilidade temporal, por sua vez, calculou-se a concordância entre os escores da subamostra reavaliada (n = 94) por meio da estimativa dos coeficientes r de Pearson para os escores brutos totais nas 12 escalas do inventário.

Resultados

Evidências de validade de constructo

Foram identificados modelos viáveis para todas as escalas, compreendendo de uma a três subdimensões – à exceção a escala Desadaptação Social (DS), para a qual não houve solução viável com uma só dimensão. Em todos os casos, optou-se pelo modelo mais simples. A tabela 2 sumariza os resultados obtidos na análise MIRT. São apresentadas as faixas de valores dos três parâmetros (3PL) estimados para os itens em cada escala. O α é usado como critério para avaliação dos itens. Índices com valor 0 ou valores negativos não

oferecem discriminação; entre 0,01 e 0,34 oferecem discriminação muito baixa; entre 0,35 a 0,64 oferecem discriminação baixa; entre 0,65 e 1,34 discriminação moderada; a partir de 1,35, alta discriminação (Baker & Kim, 2017). Os demais parâmetros (b e g), ao lado do α, contribuem para a discussão de potencial e limite de cada escala.

Tabela 2. Síntese dos parâmetros estimados pela análise MIRT para os itens das escalas da versão reduzida

Escalas	**nº itens**	**α**	**b**	**g**
Desadaptação Social	41	-0,89 a 2,42	-2,52 a 0,68	0 a 0,32
Orientação de Valores	15	0,73 a 1,77	-0,71 a 2,57	0 a 0,16
Imaturidade	9	0,68 a 7,12	-0,55 a 1,8	0 a 0,50
Autismo	11	0,99 a 10,82	0,62 a 2,07	0 a 0,53
Alienação	8	0,86 a 2,72	0,5 a 2,99	0
Agressividade Manifesta	14	0,82 a 3,11	-1,39 a 1,87	0 a 0,08
Retraimento	6	1,23 a 3,22	0,06 a 1,19	0 a 0,22
Ansiedade Social	9	0,10 a 2,05	-11,38 a 0,46	0 a 0,21
Negação	8	0,92 a 5,05	-1,08 a 0,79	0 a 0,35
Repressão	7	0,49 a 2,56	-0,11 a 3,65	0
Transtorno de Conduta	9	0,89 a 2,28	-3,38 a -0,60	0 a 0,22
T. Opositivo Desafiador	5	0,56 a 64,31	-0,12 a 1,22	0 a 0,36

A escala DS é a única escala que apresenta itens com α negativo. São avaliados itens somente de uma das subdimensões porque na outra subdimensão identificada todos os itens apresentam índice discriminativo negativo – o que a torna inviável na prática. Na subdimensão avaliada, há três itens com carga discriminativa negativa: o item 4 “Eu me preocupo muito em fazer as coisas certas”, o item 112 “Minha vida em casa é sempre feliz” e o item 117 “Eu sou sempre educado”. Com base na análise de conteúdo apresentada em estudo anterior (Costa, Komatsu, Galinari & Bazon, 2020), considera-se que estes itens não mensuram constructo alinhado com a definição da escala DS. Por isso, a escala foi submetida à análise MIRT novamente, sem estes itens, a partir da subamostra 2. Os resultados identificam um modelo unidimensional como viável e estimaram itens com valores de **α** entre 0,20 a 82,59, b entre -107,19 e 0,41 e g entre 0 a 0,28. A eventual exclusão destes itens de DS não resultaria na exclusão destes itens do conjunto total de itens do inventário, já que os três pertencem também à escala Repressão.

Na sequência, verifica-se que a escala de Ansiedade Social (AS) possui dois itens com índices discriminativos muito baixos e que apresentariam também conteúdos não compatíveis com a definição da escala (Costa, Komatsu, Galinari & Bazon, 2020). São eles o item 49 - "Às vezes, as pessoas tratam os jovens como se eles fossem crianças" - e o 147 (com pontuação inversa) - "Para o meu tamanho, eu sou um cara durão". A análise testando a exclusão destes itens, com a subamostra 2, resultou em itens com valores ***α*** entre 0,12 a 52,26, b entre -61,64 e 1,31 e g entre 0 e 0,62. O item 49 seria exclusivo à escala AS e, portanto, excluí-lo alteraria o conjunto total de itens do Inventário.

As escalas Repressão (Rep) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) apresentaram cada uma um item na faixa de discriminação baixa. No entanto, julga-se que estes itens possuem validade de conteúdo (Costa, Komatsu, Galinari & Bazon, 2020). São eles o 19, em Rep - "Eu nunca conto mentiras" - e, o 44 em TOD - "Sinto muito prazer em irritar algumas pessoas". Considerou-se assim que não deveriam ser excluídos.

Todas as demais escalas apresentaram itens com α satisfatório – de discriminação moderada e alta. Focalizando o parâmetro de dificuldade dos itens (b) nas escalas analisadas, considera-se que valores de b entre -0.5 e 0.5 são considerados de dificuldade média. Itens com valores menores que -0,5 indicam itens de menor dificuldade (Adedoyin & Mokobi, 2013). Nesse sentido, diferentes arranjos foram identificados. As escalas Rt, Au e Al apresentaram itens com dificuldade variando de moderada a difícil, segundo o parâmetro. As escalas OV, Rep, Im e Neg, por sua vez, teriam maioria de itens com maior dificuldade. As escalas AM e TOD teriam uma distribuição de itens proporcional nos diferentes níveis de dificuldade, e as escalas de DS, AS e TC, uma maioria de itens com baixa dificuldade.

Em relação ao parâmetro de acertos ao acaso (g), considera-se que itens com g acima de 0,25 apresentam alta probabilidade de acerto ao acaso (Adedoyin & Mokobi, 2013). Por um lado, as escalas Al, e Rep não apresentam itens com probabilidade de acertos ao acaso. Por outro lado, as escalas DS, Im, Au, Neg e TOD teriam itens com valores de g mais altos. As demais escalas possuiriam alguns itens com valores baixos em g. As análises com a subamostra 2 para DS e AS revelaram algumas mudanças em relação aos parâmetros dos itens. Ambas as escalas permaneceram com itens na faixa de baixa discriminação – mas itens com carga negativa não apareceram mais em DS. A dificuldade dos itens, em DS, se manteve com o mesmo padrão. Para AS, ainda, se identificam valores baixos, mas em proporção mais equilibrada em relação aos valores altos e positivos. Para

o parâmetro de acertos ao acaso, DS apresentou diminuição no número de itens com valores positivos, e AS manteve o número, mas com aumento do limite superior.

Evidências de precisão

Os índices de precisão calculados para as escalas da versão reduzida do Inventário estão expressos na Tabela 3. Estes índices podem ser comparados aos obtidos pela Teoria Clássica de Testes (Culpepper, 2013), os quais são considerados aceitáveis a partir de 0,60, em ciências sociais e do comportamento (Ghazali, 2008). Com este corte, as escalas AS e TC apresentaram um índice próximo do limite aceitável e todas as demais tiveram um desempenho adequado. Alguns pesquisadores, todavia, defendem o corte de 0,70. Neste caso, as escalas Im, Al, Rt, Neg e Rep estariam no limite do aceitável.

Tabela 3. Índices de precisão das escalas da versão reduzida do Inventário de Jesness – revisado brasileiro

Escalas	**nº itens**	**Índices de Precisão**
Desadaptação Social	41	0,85
Orientação de Valores	15	0,76
Imaturidade	9	0,65
Autismo	11	0,61
Alienação	8	0,69
Agressividade Manifesta	14	0,80
Retraimento	6	0,68
Ansiedade Social	9	0,57
Negação	8	0,67
Repressão	7	0,67
Transtorno de Conduta	9	0,58
T. Opositivo Desafiador	5	0,71

Novos índices de precisão foram calculados para DS e AS, a partir da amostra aleatória 2. Nos dois casos, houve diminuição no valor do índice; para DS, o novo índice foi de 0,83 e para AS, de 0,53.

A Tabela 4 apresenta os resultados de teste-reste, a partir do cálculo dos coeficientes r de Pearson entre os escores brutos das escalas do inventário nos tempos 1 e

2 de coleta. Considera-se que coeficientes entre 0,40 e 0,69 descrevem uma correlação moderada; entre 0,70 e 0,89 uma correlação forte e, entre 0,90 e 1,00, muito forte. (Schober, Boer & Schwarte, 2018). Os coeficientes para Au, AS, TC e TOD apresentaram correlação moderada e os coeficientes para DS, OV, Im, Al, AM, Rt, Rep e Neg, correlação forte.

Tabela 4. Coeficientes de correlação entre os escores das escalas no Teste-Reteste

	DS	OV	Im	Au	Al	AM	Rt	AS	Rep	Neg	TC	TOD
DS'	0,82											
OV'		0,79										
Im'			0,75									
Au'				0,63								
Al'					0,70							
Am'						0,83						
Rt'							0,74					
AS'								0,52				
Rep'									0,77			
Neg'										0,81		
TC'											0,58	
TOD'												0,57

Discussão

As evidências de validade de constructo das escalas da versão reduzida indicam uma melhora no desempenho dos itens em suas escalas. Das 12 escalas do instrumento, há itens com índice discriminativo insatisfatório em quatro escalas: DS, AS, Rep e TOD. Os estudos anteriores que exploraram a estrutura interna do Inventário, aplicado em sua versão completa, identificaram itens inadequados em todas as escalas (Bazon, 2016; Costa, Komatsu, Galinari & Bazon, 2020). No caso de Rep e TOD, considera-se que os itens com baixa capacidade discriminativa tem conteúdos afins aos das definições da escala, o que justifica mantê-los. Para DS e AS sugere-se a exclusão dos itens com problemas no plano da discriminação e do conteúdo. Essa decisão acarretaria a exclusão de um item do conjunto total de 86 itens propostos para a versão reduzida.

Referente à dimensionalidade das escalas, a estrutura unidimensional se confirma para todas elas, incluindo DS, após a exclusão dos itens sugeridos, o que justifica a interpretação de escores no sentido proposto na definição das escalas. Contudo, ainda há

escalas – como DS, AS, Rep e TOD – compostas por itens com índices discriminativos baixos, o que pode decorrer da multidimensionalidade própria dos itens deste inventário.

Ainda, são feitas algumas considerações sobre os parâmetros dificuldade (b) e acertos ao acaso (g). Quanto à dificuldade do item, nas escalas com itens mais difíceis - Rt, Au e Al – denotou-se baixa probabilidade de respondentes com baixo nível do traço terem altas pontuações, o que diminui a probabilidade de falsos positivos; todavia, com essa característica estas escalas seriam pouco sensíveis a adolescentes com baixos níveis destes traços. As escalas com itens mais fáceis - DS, AS e TC - podem resultar em escores mais altos mesmo para respondentes com baixo nível do traço (Adedoyin & Mokobi, 2013), sendo também sensível a este subgrupo. O parâmetro g, por sua vez, alerta para o fato de que são possíveis acertos ao acaso em itens das escalas DS, Im, Au, Neg e TOD.

Com relação às **evidências de precisão** obtidas, conclui-se que as escalas da versão reduzida teriam índices melhores ou equivalentes aos obtidos em estudos anteriores. Considerando o corte de 0,6 para os índices de precisão, somente duas das 12 escalas apresentaram índices insatisfatórios: AS e TC. O baixo índice de precisão para AS já se identificava em estudos anteriores. Para TC, no entanto, é um resultado novo. Os coeficientes de correlação teste-reteste variaram de 0,52, em AS, a 0,83, em Am, equiparável à variação encontrada em estudo chileno (Érgas & Narvaéz, 2015), mas superiores em relação aos encontrados em estudo brasileiro, anterior (Bazon, 2016), ambos realizados com intervalo de tempo semelhante. Destaca-se que os coeficientes deste estudo são mais altos que os obtidos por Jesness (2003), o que, provavelmente, deve-se ao maior intervalo de tempo decorrido entre as duas aplicações, no estudo original. Assim como nos estudos citados, a escala AS é a que apresenta menor estabilidade com a passagem do tempo, menores índices de precisão e itens com baixa capacidade discriminativa. A escala TC também apresentou problemas semelhantes.

Considera-se que os objetivos do estudo foram alcançados e que as propriedades psicométricas da versão reduzida do IJ-R-Br se mostram equivalentes ou superiores às obtidas em estudos anteriores, justificando a continuidade dos estudos com esta ferramenta. Limitações importantes do presente estudo, que devem ser compensadas em investigações futuras, são referentes à amostra, que não conta com adolescentes em conflito com a lei, nem com adolescentes do sexo feminino.

De todo modo, destacam-se as contribuições. A técnica de análise utilizada - de Teoria Multidimensional de Resposta ao Item - representa um avanço para o conhecimento na área. Embora os parâmetros b e g não sejam comumente considerados para exclusão de itens, são importantes para consideração dos limites interpretativos dos escores, conforme se

discute neste trabalho. Esses parâmetros também auxiliam processos de formação de banco de itens para o desenvolvimento de testes computadorizados (Computerized Adaptative Test; CAT; Hambleton & Linden, 2016), uma realidade que pode futuramente estar presente nas técnicas de avaliação do sistema de justiça juvenil. A incorporação do avanço tecnológico às práticas de avaliação psicológica – desde o uso de técnicas mais sofisticadas para análise, até um eventual uso de metodologias de avaliação associadas a aparelhos eletrônicos, como os CAT, é um passo importante.

A conclusão é de que o Inventário de Jesness – revisado é uma ferramenta pertinente em sua versão reduzida – assim como sua versão original (Semel, 2016) –, segundo as evidências obtidas. O esforço para obter ferramentas de avaliação breves e adequadas para o sistema de justiça juvenil deve ser levado a sério, dado que se considera que é uma necessidade no contexto brasileiro (Mosqueira, 2013).

Lista de Referências

Adedoyin, O. O., & Mokobi, T. (2013). Using IRT psychometric analysis in examining the quality of junior certificate mathematics multiple choice examination test items. International Journal of Asian Social Science, 3(4), 992-1011.

Baker, F. B., & Kim, S. H. (2017). *Item response theory: Parameter estimation techniques*. CRC Press.

Bazon, M. R. (2016). *Avaliação Psicológica de Adolescentes em Conflito com a Lei: Validação do Inventário de Jesness – Revisado.* Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo.

Chalmers, R. P. (2012). Mirt: a multidimensional item responsa theory package for The R environment. *Jornal of Statistical Software, 48*(6). doi: 10.18637/jss.v048.i06

Costa, R. C. S., Komatsu, A. V., de Oliveira, A. B. M., & Bazon, M. R. (2019) Psychological assessment in juvenile offenders: reliability and validity of Inventário de Jesness–revisado brasileiro. Psico, 50(3), 32336. doi: 10.15448/1980-8623.2019.3.32336

Costa, R. CS., Komatsu, A. V., Galinari, L. S. & Bazon, M. R. (2020). Desenvolvimento da versão reduzida do Inventário de Jesness – Revisado Brasileiro, Avaliação Psicológica, Aval. Psicol., 19 (2), 113-122. http://dx.doi.org/10.15689/ap.2020.1902.01.

Culpepper, S. A. (2013). The Reliability and Precision of Total Scores and IRT Estimates as a Function of Polytomous IRT Parameters and Latent Trait Distribution. *Applied Psychological Measurement*, 37(3), 201–225. doi:10.1177/0146621612470210

Ergas, A. L. & Narváez, C. F. (2015). Estudio Psicometrico del Inventario Jesness-Revisado (JI-R) em Adolescentes Chilenos, un Grupo de Adolescentes Escolarizados que no Reportan Comportamiento Delictivo y un Grupo de Adolescentes Infractores de Ley de Las Regiones de la Araucania, los Rios, Bio Bio y Metropolitana (Tesis de Magíster). Universidad De La Frontera, Temuco, Chile.

Gallardo-Pujol, D. & Pueyo, A. A. (2009) Perfil de un grupo de penados por delitos contra la seguridade del tráfico, Universidad de Barcelona.

Ghazali, D. (2008). Kesahan dan kebolehpercayaan dalam kajian kuantitatif dan kualitatif. *Jurnal Institut Perguruan Islam*, 61-82.

Hambleton, R. K., & Linden, W. J. (2016). Handbook of modern item response theory. Volume two: Statistical tools.

Jesness, C. F. (2003). Jesness Inventory-Revised. Technical Manual. North Tonawanda, USA: MHS.

Jornet-Gibert, M., Gallardo-Pujol, D., Suso, C. & Andrés-Pueyo, A. (2013). Attitudes do matter: the role of attitudes and Personality in DUI offenders, *Accident Analysis and Prevention*, 50, 445-450. doi: 10.1016/j.aap.2012.05.023

Lozano, L. M. & Turbany, J. (2013). Validez. In: Meneses, J., Barrios, M., Bonillo, A., Cosculluela, A., Lozano, L. M., Turbany, J. & Valero, S. (2013) *Psicometría*. Barcelona, Ed: UOC.

Mazzon, J. A., & Kamakura, W. A. (2016). *Estratificação socioeconômica e consumo no Brasil*. Editora Blucher.

Olver, M. E. & Stockdale, K. C. (2016) Convergent and Predictive Validity of the Jesness Inventory in a Sample of Juvenile Offenders. *Assessment.* Advance online publication. doi: 10.1177/1073191116632335

Price, L. R. (2016) *Psychometric Methods: Theory into Practice.* Nova Iorque, Ed: The Guilford Press.

Schober, P., Boer, C., & Schwarte, L. A. (2018). Correlation coefficients: appropriate use and interpretation. *Anesthesia & Analgesia*, 126(5), 1763-1768. doi: 10.1213/ANE.0000000000002864

Semel, R. A (2016) Incorporating the Jesness Inventory-Revised (JI-R) in a Best-Practice Model of Juvenile Delinquency Assessments, *Journal of Forensic Psychology Practice*, 16:1, 1-23, doi.: 10.1080/15228932.2016.1119516

Taylor, C. S. (2013) *Validity and Validation: Understanding Statistics.* Ed: Oxford

Wenger-Amengual, L. S. (2010). Adaptación y Validación Preliminar en Chile del Inventario Jesness-Revisado (JI-R) (Master's thesis). Universidad de la Frontera, Temuco, CHI

Wenger, L. S. A. (2018). Comportamiento antisocial, personalidad y madurez en adolescentes y jóvenes. Tese de Doutorado, Universidad de Barcelona.

Xia, J., Tang, Z., Wu, P., Wang, J., & Yu, J. (2019) Use of item response theory to develop a shortened version of the EORTC QLQ-BR23 scales. *Scientific reports*, 9(1), 1-10. doi: 10.1038/s41598-018-37965-x

4. MANUSCRITO III - Avaliação em delinquência juvenil: validade convergente e de critério do Inventário de Jesness – Revisado – Brasileiro - reduzido[5]

Costa, R., Komatsu, A. V., Galinari, L. S., & Bazon, M. R. (2020). **Avaliação em delinquência juvenil: validade convergente e concorrente da versão reduzida do Inventário de Jesness – Revisado – Brasileiro**. Artigo submetido a revista *Estudos de Psicologia (Campinas)* (Ver Anexo C)

Resumo: Investigar a relação dos escores de um instrumento de avaliação psicológica com medidas externas é fundamental. Neste estudo, os objetivos foram obter e analisar evidências de validade convergente das escalas da versão reduzida do Inventário de Jesness – Revisado Brasileiro com a Escala Fatorial de Socialização, a Escala de Auto Controle, e o Inventário de Habilidades Sociais e de validade de critério concorrente, com relação aos critérios de Estar ou Não Judicializado e a frequência de delitos autorrevelados. Participaram do estudo 597 adolescentes do sexo masculino, com idades entre 12 e 20 anos. As evidências de validade convergente obtidas reiteram. o potencial de avaliação multidimensional do Inventário, enquanto a validade de critério concorrente aponta para a manutenção da capacidade das escalas de diferenciar adequadamente grupos. As qualidades do Inventário de Jesness Revisado Brasileiro – Reduzido justificam que novos investimentos sejam feitos no Instrumento.
Palavras-chave: avaliação psicológica; personalidade; delinquência juvenil; psicometria; validade do teste

É fundamental investigar e analisar evidências de propriedades psicométricas de precisão e de validade de constructo de um instrumento de avaliação psicológica durante o processo de sua validação. Isto porque a precisão informa sobre o erro na medição, enquanto a validade de constructo examina se os itens que compõem o instrumento de fato se relacionam com o constructo esperado, e não com uma dimensão secundária (Taylor, 2013). Na sequência, devem ser investigadas as evidências de relação dos escores do teste com outras medidas correlatas bem estabelecidas. Neste estudo, pretende-se investigar a relação dos escores da versão reduzida do Inventário de Jesness – Revisado Brasileiro (IJ-R-Br(R)) (Costa, Komatsu, Galinari & Bazon, 2020) com outras variáveis. O objetivo é obter, especificamente, evidências de validade convergente e de validade de critério concorrente. A validade convergente avalia a correlação dos escores do teste estudado com os de testes que medem constructos teoricamente semelhantes, para averiguar compatibilidade. A validade de critério concorrente, por sua vez,

[5] Apoio institucional FAPESP nº processo 2018/17018-3

avalia o grau de eficácia dos escores do teste em predizer um desempenho específico, quando as duas medidas são coletadas no mesmo momento (Lozano & Turbany, 2013).

O IJ-R-Br(R), após estudos preliminares (Costa et al., 2020), está composto por 85 itens – em contraste aos 160 itens da versão completa (IJ-R-Br; Bazon, 2016). Esta versão é derivada diretamente do original *Jesness Inventory – Revised* (JI-R; Jesness, 2003), o qual foi desenvolvido para avaliação auxiliar o acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei. Ele avalia aspectos associados ao engajamento em condutas delituosas e outros não diretamente associados ao cometimento de delitos, porém relevantes à compreensão do funcionamento psicológico dos adolescentes (Wenger & Pueyo, 2016). Semel (2016) indica que o IJ-R avalia aspectos inter-relacionais, como a hostilidade em relação ao outro e a orientação antissocial, as quais implicam em diferentes padrões de interação social.

Por meio de respostas dicotômicas [verdadeiro (V) ou falso (F)] e itens de fácil compreensão (Jesness, 2003; Wenger & Pueyo, 2016), o Inventário proporciona escore em treze medidas diferentes. Entre elas, as mais relacionadas com o cometimento de delitos são: Desadaptação Social (DS), Orientação de Valores (OV), Autismo (Au), Alienação (Al), Agressividade Manifesta (AM), Transtorno de Conduta (TC), Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) e Índice de Associabilidade (IA). As outras escalas oferecem informações sobre o funcionamento psicológico geral e auxiliam a identificação de diferenças individuais entre os jovens: Imaturidade (Im), Retraimento (Rt), Ansiedade Social (AS), Repressão (Rep) e Negação (Neg).

Com relação as evidências de validade convergente da versão completa, Olver e Stockdale, (2016), nos Estados Unidos, verificaram que as escalas DS, OV e IA mostram forte convergência com medidas clínicas forenses bem estabelecidas: o *Youth Level of Service/Case Management Inventory* (YLS/CMI), o *Psychopathy Checklist: Youth Version* (PCL:YV) e o *Violence Risk Scale* – Youth Version (VRS-YV). Mais recentemente, Wenger (2018), na Espanha, identificou correlações significativas entre um número importante de escalas do *Maturity in Youth Assessment Scale* (MAYAS) e do *Five Personality Trait Short Questionnaire* (BFPTSQ) com as do JI-R.

Focalizando a validade de critério concorrente, há escalas que reiteradamente se mostram capazes de diferenciar adolescentes com base no critério "Judicialização". DS, OV e IA são escalas que diferenciaram grupos em todos os estudos levantados (Antequera & Andrés-Pueyo, 2008; Antequera & Martinez, 2009; Wenger; 2010; Érgas & Narváez, 2015; Bazon, 2016; Costa, Komatsu & Bazon, 2017; Wenger, 2018; Costa, Komatsu, Manzi-Oliveira & Bazon., 2019). Au, Am e Al diferenciaram grupos em seis dessas investigações. Im diferenciou

grupos em quatro estudos e, Rep e TC, em três. A esse respeito, nos estudos de Costa, Komatsu e Bazon (2017) e Wenger (2018), Neg e Rep também foram capazes de diferenciar os grupos, mas com médias superiores para os adolescentes não-judicializados.

Não obstante, as escalas do Inventário também têm se mostrado capazes de diferenciar adolescentes agrupados a partir do nível de histórico de delitos reportados (delinquência autorrevelada). Ergas e Narváez (2015) avaliaram o desempenho do IA e obtiveram associações em geral fracas. Em estudo brasileiro, Costa e colegas (2019) tiveram confirmada a sua hipótese de que o grupo de adolescentes com pontuações altas em DS e IA apresentaria também mais cometimento de delitos. Em Wenger (2018), as escalas DS, OV, Im, Al, AM e IA se associaram com tamanho de efeito grande com medidas de delinquência autorrevelada. Neg apresentou correlação inversa com escalas do Questionário. Rt e As não se associaram às escalas de delinquência autorrevelada.

Frente ao exposto, conclui-se que a versão original e completa do Inventário tem apresentado validade convergente e de critério concorrente satisfatórias. Este estudo tem por objetivo geral averiguar se os indicadores relativos a estas validades se mantêm no IJ-R-Br(R). O primeiro objetivo específico foi obter e analisar evidências validade convergente entre escalas da versão reduzida e subescalas da Escala de Autocontrole (EAC), do Inventário de Habilidades Sociais (IHSA-Del-Prette), e da Escala Fatorial de Socialização (EFS). O segundo objetivo específico foi obter e analisar evidências de validade de critério concorrente, averiguando se os escores das escalas da versão reduzida seriam capazes de diferenciar adolescentes agrupados de acordo com os critérios Judicialização (Não-Judicializado = 0; Judicializado = 1) e Frequência de delitos, autorrevelados, praticados nos últimos 12 meses (Frequência Normativa = 0; Frequência Alta = 1).

Este estudo foi realizado a partir de amostra mista (judicializados e não judicializados) de adolescentes do sexo masculino. Ressalta-se que foram analisados dados referentes somente a adolescentes do sexo masculino, por conta das diferenças em relação a padrões de comportamento antissocial e delituoso, em função do sexo (Bright, et al., 2017), e em concordância com o que Jesness descreveu no manual do instrumento original (Jesness, 2003).

Hipóteses

H1: Há associações significativas entre escalas do IJ-R-Br(R) e as dos instrumentos EAC, IHSA-Del-Prette e EFS que medem constructos compatíveis;

H2: Os adolescentes agrupados pelos critérios 1) judicialização e 2) Frequência de delitos autorrevelados nos últimos 12 meses podem ser diferenciados a partir dos escores nas escalas

do IJ-R-Br(R) mais fortemente associadas a conduta delituosa: DS, OV, Au, Al, Am, TC, TOD e IA.

Método

Amostra

Os participantes deste estudo compõem uma amostra mista de adolescentes judicializados e não judicializados, provenientes de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Os dados adolescentes judicializados estavam armazenados em banco de dados devidamente regularizado. A coleta destes dados ocorreu em três programas de execução de medida socioeducativa de medida de meio fechado (com privação de liberdade), de forma individual, entre novembro de 2018 e agosto de 2019, conforme procedimento aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CAAE: 77903617.5.0000.5407). Este grupo é composto por 129 adolescentes, com idade entre 16 e 20 anos (M= 16,9; DP = 0,7).

Os adolescentes não judicializados foram recrutados para o presente estudo, no contexto de 13 instituições de ensino - sete públicas e seis privadas, nas salas relativas ao Ensino Fundamental II, Ensino Médio ou Curso Pré-Vestibular, para aplicação em grupo dos instrumentos da pesquisa. Este procedimento ocorreu entre agosto de 2018 e novembro de 2019, seguindo procedimento aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CAAE nº 86860718.1.0000.5407) e resultou na coleta de dados junto a 568 adolescentes. Depois de excluídos os casos com respostas incompletas, este grupo foi composto por um total de 468 adolescentes, com idades entre 12 e 19 anos (M= 15,1; DP = 1,9), dos quais 76% eram estudantes de escolas públicas e 24% de escolas privadas.

Referente à distribuição dos adolescentes de acordo com a classe socioeconômica (segundo o Critério de Classificação Socioeconômica Brasil (ABEP, 2015)), identificou-se que 6% da amostra pertence ao nível A; 19,3% ao nível B1, 30,5% ao nível B2; 24,6% ao nível C1; 13,7% ao nível C2 e 5,9% aos níveis D-E. Contrastando com a distribuição de classes por estado apresentada pela ABEP (2016), pode-se constatar que esta amostra é representativa especialmente das camadas médias-altas da população do estado de São Paulo.

Medidas

Escalas **da versão reduzida do Inventário de Jesness Revisado – Brasileiro** (apresentadas no corpo do texto) [*IJ-R-Br(R)**;*** Costa, Komatsu, Galinari & Bazon, 2020]. Este instrumento possui 85 itens, que são afirmações frente às quais o adolescente responde

“Verdadeiro” ou “Falso”. Diferentes combinações entre estes itens proporcionam escores em 13 medidas diferentes. Todos os escores brutos obtidos foram padronizados segundo a distribuição T, com o grupo de referência por idade. Após correção, os escores um desvio padrão acima da média (acima de 60) são considerados altos (na zona de disfuncionalidade), aqueles entre 40 e 60 são considerados normativos e, aqueles abaixo de 40, são considerados baixos (na zona de subfuncionalidade) (Jesness, 2003).

A totalidade dos adolescentes não judicializados respondeu a essa versão reduzida do instrumento. Já o grupo de judicializados respondeu à versão completa do Inventário (IJ-R-Br; Bazon, 2016). Assim, para este grupo, foram selecionadas as respostas aos 85 itens que compõem a versão reduzida. Os índices de precisão das escalas da versão reduzida para o grupo de adolescentes não judicializados (n = 468) variou de 0,55 em Ansiedade Social (AS) a 0,84 em Desadaptação Social (DS). Assim como Ansiedade Social, Transtorno de Conduta (TC) também apresentou índice insatisfatório (0,59). Para o grupo de adolescentes judicializados (n = 129), apenas a escala Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) apresentou índice insatisfatório (0,56). O maior índice foi para Desadaptação Social (DS = 0,86).

Medidas de Critério Convergente

Subescalas Amabilidade (S1), Pró-sociabilidade (S2), Confiança (S3) da **Escala Fatorial de Socialização (EFS; Nunes & Hutz, 2007)**. A EFS é uma ferramenta que mede a dimensão de personalidade denominada Socialização, que avalia a qualidade das relações interpessoais típicas dos indivíduos (compatível com traços do Modelo Big Five; Nunes, 2007). Esta escala é composta por 70 itens que descrevem sentimentos, opiniões e atitudes, com resposta do tipo *likert* de 7 níveis que variam de “Não me descreve” até “ Me descreve muito bem”. Os índices de precisão identificados são de 0,91 para Amabilidade (S1), de 0,84 para Pró-sociabilidade (S2) e de 0,80 para Confiança (S3) (Nunes, 2007). Este instrumento conta com a resposta de 468 participantes, do grupo de adolescentes não judicializados.

Dimensões 1) Interesse por experiências arriscadas e emocionantes, 2) Tolerância baixa à frustração, 3) Preferência por tarefas simples, 4) Egocentrismo, 5) Temperamento volátil, 6) Impulsividade da **Escala de Autocontrole (EAC; Grasmick et al., 1993)** adaptada ao contexto brasileiro por Gouveia e colegas (2013). Ela é composta por 24 itens, sendo que cada uma das escalas mencionadas é composta por quatro itens. As respostas são dadas em uma escala do tipo *likert* de 4 níveis, que variam de “Discordo Totalmente” a “Concordo totalmente”. O coeficiente alpha de Cronbach das dimensões variou de 0,62 a 0,82 (Gouveia et

al., 2013). Este instrumento conta com a resposta de 129 participantes, do grupo de adolescentes judicializados.

Subescalas em relação à dificuldade em 1) Empatia, 2) Autocontrole, 3) Civilidade, 4) Assertividade, 5) Abordagem Afetiva e 6) Desenvoltura Social, do **Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA-Del-Prette)**. Este Inventário avalia a reação do adolescente - a tomada de decisão - frente a uma situação descrita, de exposição social e de conversação, de modo a aferir a habilidade social (Del-Prette & Del Prette, 2009). É composto por 38 itens, com resposta do tipo *likert.* O coeficiente alpha de Cronbach para a dificuldade variou de 0,51 em Desenvoltura Social e 0,86 em Empatia. Este instrumento conta com a resposta de 129 participantes, do grupo de adolescentes judicializados.

Medidas de Critério Concorrente

Judicialização: variável categórica segundo o grupo de pertencimento do adolescente - judicializado ou não-judicializado.

Frequência de delitos autorrevelados nos últimos 12 meses: variável categórica (Frequência Normativa = 0; Frequência Alta = 1). Os valores absolutos informados pelos adolescentes foram padronizados para a distribuição T, a partir de grupo de referência por idade. Valores padronizados que se situam um desvio padrão acima da média, igual ou maior que 60, foram considerados "Frequência Alta" e valores inferiores a 60 foram considerados "Frequência Normativa".

As informações sobre a frequência de delitos nos últimos 12 meses foram obtidas por meio da aplicação de um questionário de delinquência autorrevelada, ao qual o adolescente responde se já cometeu algum dos seguintes delitos: 1) tráfico de drogas, 2) furto, 3) furto em estabelecimento comercial, 4) furto em interior de carro, 5) furto de carro ou moto, 6) ferir animais, 7) lesão corporal, 8) lesão corporal com instrumento, 9) porte de arma de fogo, 10) dano, 11) receptação, 12) participação em lutas de grupos e 13) roubo. A cada delito investigado que o adolescente assinala já ter cometido, ele deve responder, entre outras informações, o número de vezes que teria praticado o delito, nos últimos 12 meses.

Esse conjunto de questões compõem o **Questionário de Comportamentos Juvenis (QCJ)**, um instrumento baseado nas questões do *Second International Self-Reported Delinquency Study* (ISRD2). Os processos de adequação desta ferramenta e suas propriedades psicométricas estão descritos em Komatsu (2014). Este instrumento conta com a resposta dos 597 participantes, correspondente a amostra total do estudo.

Análise de Dados

Para obtenção de evidências de validade convergente das escalas do IJ-R-Br(R) em relação as subescalas/dimensões da EAC, do IHSA-Del-Prette e da EFS foram calculados coeficientes de correlação Rho de Spearman (Schmid, & Schmidt, 2007) entre os escores padronizados de cada instrumento. Para as análises com o IHSA-Del-Prette e a EAC, foram analisados os dados do grupo de adolescentes judicializados (n = 129) e, para as análises com a EFS, os dados do grupo de adolescentes não judicializados (n = 468).

Para obtenção de evidências de validade de critério concorrente, investigou-se a capacidade das escalas do IJ-R-Br(R) diferenciar grupos de adolescentes de acordo com as medidas de critério *Judicialização* (judicializado ou não-judicializado) e *Frequência de delitos autorrevelados nos últimos 12 meses* ("Frequência Normativa" e "Frequência Alta", segundo os valores na distribuição T). Para esta análise, os escores das escalas do inventário foram tratados como medidas categóricas ("Escore Normativo" e "Escore Alto") e as ocorrências observadas e esperadas foram comparadas entre si, por meio do teste de qui-quadrado (x^2) (Plackett, 1983).

Resultados

Evidências de Validade Convergente

Os coeficientes de correlação entre os escores do IJ-R-Br(R) e as escalas da EAC, do IHSA-Del-Prette e da EFS estão apresentados na tabela 1.

Tabela 1. Coeficientes de Correlação Rho de Spearman entre escalas da versão reduzida do IJ-R-Br e da EAC, do IHSA (n = 129) e da EFS (n = 468)

	DS	**OV**	**Im**	**Au**	**Al**	**Am**	**Rt**	**AS**	**Rep**	**Neg**	**TC**	**TOD**	**IA**
EAC													
Impulsividade	**0,4**	**0,4**	**0,4**	**0,4**	**0,4**	**0,4**	0,1	0,2	-0,1	**-0,4**	**0,4**	0,3	0,3
Atividades físicas	0,3	**0,4**	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2	**0,4**	0,0	-0,3	0,2	0,2	0,2
Busca pelo Risco	**0,5**	**0,5**	**0,4**	**0,5**	0,4	**0,6**	0,2	0,3	-0,1	**-0,5**	**0,5**	**0,4**	**0,4**
Egocentrado	0,3	0,3	0,1	0,2	0,3	0,2	0,1	0,0	0,2	-0,2	0,2	0,1	0,3
Tarefas Simples	**0,4**	**0,4**	0,2	**0,4**	0,3	0,3	0,1	0,2	0,0	-0,2	**0,5**	0,3	0,3
Temperamento Volátil	**0,5**	**0,4**	**0,5**	**0,4**	0,3	**0,6**	0,2	**0,4**	-0,3	**-0,4**	**0,5**	**0,4**	**0,4**
IHSA (Dificuldade)													
Empatia	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,1	0,2	-0,3	-0,3	0,2	0,3	0,2
Auto Controle	-0,3	-0,3	-0,3	-0,2	-0,1	**-0,5**	0,0	-0,1	**0,5**	0,2	**-0,4**	**-0,4**	-0,2
Civilidade	-0,2	-0,2	-0,1	-0,2	-0,1	-0,2	0,1	0,0	**0,4**	0,1	-0,3	-0,3	-0,1
Assertividade	0,2	0,2	0,3	0,2	0,1	0,3	0,1	0,2	-0,2	-0,2	0,2	0,2	0,1
Abordagem Afetiva	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	-0,2	-0,1	0,0	0,2	0,1
Desenvoltura Social	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,3	-0,3	-0,3	0,3	**0,4**	0,2
EFS													
Amabilidade (S1)	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	-0,1	-0,1	0,0	0,1	0,2	0,1	-0,1	0,0	0,0
Pró-Sociabilidade (S2)	**-0,5**	**-0,4**	-0,3	**-0,5**	**-0,4**	**-0,5**	-0,2	-0,3	0,2	0,3	**-0,5**	**-0,5**	**-0,5**
Confiança nas pessoas (S3)	**-0,5**	**-0,4**	**-0,4**	**-0,5**	**-0,4**	**-0,5**	**-0,3**	**-0,4**	0,3	0,3	**-0,4**	**-0,4**	**-0,4**

Nota 1: As pontuações nas escalas do IHSA mensuram a dificuldade que os adolescentes relatam ter em emitir comportamentos ligados a estas classes de Habilidades Sociais; **Nota 2:** DS = Desadaptação Social; OV = Orientação de Valores; Im = Imaturidade; Au = Autismo; Al = Alienação; Am = Agressividade Manifesta; Rt = Retraimento; AS = Ansiedade Social; Rep = Repressão; Neg = Negação; TC = Transtorno de Conduta; TOD = Transtorno Opositivo Desafiador e IA = Índice de Associabilidade. **Nota 3:** Estão sublinhados os coeficientes cujo valor descreve uma correlação significativa (acima de 0,3 ou abaixo de -0,3) (Gignac & Szodorai, 2016) e destacados os coeficientes que descrevem uma correlação de força moderada (acima de 0,4 ou abaixo de -0,4 (Schober, Boer & Schwarte, 2018)

A maioria das escalas do IJ-R-Br(R) se correlaciona mais fortemente com as dimensões de "Busca pelo Risco" e "Temperamento Volátil" da EAC. A escala Desadaptação Social (DS) apresenta correlação significativa com todas as dimensões da EAC. As escalas que avaliam aspectos do funcionamento psicológico geral, Retraimento (Rt) e Repressão (Rep), não mostram correlação de força notável com nenhuma dimensão da EAC. Ansiedade Social (AS) correlacionou-se com a dimensão de Preferência por atividades físicas e Temperamento Volátil, com coeficiente de força considerada fraca. Negação (Neg) apresentou correlações inversas com Impulsividade, Preferência por atividades físicas e Busca pelo Risco.

Com relação ao IHSA-Del-Prette, as escalas Agressividade Manifesta (Am), Repressão (Rep) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) se correlacionaram com maior magnitude com mais escalas de dificuldade do IHSA-Del-Prette. Além destas,

Orientação de Valores (OV) apresentou correlação positiva com dificuldade em exercer Desenvoltura Social e Imaturidade (Im), negativa com Auto Controle e positiva com Assertividade.

Entre as subescalas da EFS, Amabilidade (S1) não apresentou correlação significativa com nenhuma das escalas do IJ-R-Br(R). A relação com maior força encontrada foi com a escala de Repressão (Rep), com coeficiente positivo de 0,26. Já as escalas Pró-Sociabilidade (S2) e Confiança nas Pessoas (S3) apresentaram coeficientes de correlação negativos e significativos com respectivamente 11 e 12 das 13 medidas do Inventário.

Evidências de Validade de Critério Concorrente

As evidências de validade de critério concorrente estão sintetizadas na tabela 2. Estas evidências, obtidas a partir do teste de qui-quadrado, indicam se a distribuição observada na amostra é compatível com a distribuição esperada, com relação aos escores das escalas do IJ-R-Br(R) e, respectivamente, os critérios de Judicialização e de Frequência de delitos autorrevelados nos últimos 12 meses.

Os resultados para o critério de Judicialização sugerem que há associação entre fazer parte do grupo de adolescentes judicializados e apresentar escores altos nas escalas do IJ-R-Br(R) – à exceção de Rep: x^2 (1) = 2,1, p =0,115 e de AS (que não apresentou adolescentes com pontuações não normativas). Analisando os Resíduos Ajustados (Res Ajust.), se verifica que as associações mais fortes foram encontradas para as escalas Desadaptação Social (DS), Orientação de Valores (OV), Autismo (Au), Alienação (Al), Transtorno de Conduta (TC) e Índice de Associabilidade (IA).

Tabela 2. Comparação de qui-quadrado entre ocorrências de escores altos ou normativos nas escalas da versão reduzida do Inventário com os critérios de Frequência e Judicialização

		Frequência Normativa (n=521)		**Frequência Alta (n=76)**		**Não judicializado (n=468)**		**Judicializado (n=129)**	
		n (%)	Res ajust	n (%)	Res ajust	n (%)	Res ajust	n (%)	Res ajust
DS	0	402 (77.2%)	1,3	25 (32.9%)	-3,4	384 (82.1%)	2,7	43 (33.3%)	-4,7
	1	119 (22.8%)	-2,4	51 (67.1%)	6,2	84 (17.9%)	-4,5	86 (66.7%)	8,5
OV	0	408 (78.3%)	0,3	29 (38.2%)	-3,5	385 (82.3%)	2,3	52 (40.3%)	-4,4
	1	113 (21.7%)	-2,2	47 (61.8%)	5,9	83 (17.7%)	-3,7	77 (59.7%)	7,2
Im	0	409 (78.5%)	0,4	51 (67.1%)	-0,9	370 (79.1%)	0,5	90 (69.8%)	-0,9
	1	112 (21.5%)	-0,7	25 (32.9%)	1,8	98 (20.9%)	-0,9	39 (30.2%)	1,7
Au	0	429 (82.3%)	1	39 (51.3%)	-2,7	405 (86.5%)	1,9	63 (48.8%)	-3,7
	1	92 (17.7%)	-1,9	37 (48.7%)	5,1	63 (13.5%)	-3,7	66 (51.2%)	7,2
Al	0	417 (80.0%)	1,5	27 (35.5%)	-3,9	402 (85.9%)	2,9	42 (32.6%)	-5,5
	1	104 (20.0%)	-2,5	49 (64.5%)	6,7	66 (14.1%)	-4,9	87 (67.4%)	9,3
Am	0	416 (79.8%)	1,0	37 (48.7%)	-2,7	376 (80.3%)	1,1	77 (59.7%)	-2,1
	1	105 (20.2%)	-1,8	39 (51.3%)	4,8	92 (19.7%)	-1,9	52 (40.3%)	3,7
Rt	0	404 (77.5%)	0,3	51 (67.1%)	-0,9	374 (79.9%)	0,9	81 (62.8%)	-1,7
	1	117 (22.5%)	-0,6	25 (32.9%)	1,6	94 (20.1%)	-1,6	48 (37.2%)	3,1
AS	0	521 (100%)		76 (100%)		468 (100%)		129 (100%)	
	1	-		-		-		-	
Rep	0	432 (82.9%)	0,0	63 (82.9%)	0,0	394 (84.2%)	0,3	101 (78.3%)	-0,5
	1	89 (17.1%)	0,0	13 (17.1%)	0,0	74 (15.8%)	-0,6	28 (21.7%)	1,2
Neg	0	445 (85.4%)	-0,2	71 (93.4%)	0,6	395 (84.4%)	-0,5	121 (93.8%)	0,9
	1	76 (14.6%)	0,6	5 (6.6%)	-1,6	73 (15.6%)	1,2	8 (6.2%)	-2,3
TC	0	423 (81.2%)	1	38 (50.0%)	-2,7	396 (84.6%)	1,8	65 (50.4%)	-3,5
	1	98 (18.8%)	-1,9	38 (50.0%)	4,9	72 (15.4%)	-3,3	64 (49.6%)	6,4
TOD	0	389 (74.7%)	0,3	49 (64.5%)	-0,9	351 (75.0%)	0,4	87 (67.4%)	-0,8
	1	132 (25.3%)	-0,6	27 (35.5%)	1,5	117 (25.0%)	-0,7	42 (32.6%)	1,3
IA	0	399 (76.6%)	1,4	26 (34.2%)	-3,8	386 (82.5%)	2,9	39 (30.2%)	-5,5
	1	122 (23.4%)	-2,3	50 (65.8%)	6,0	82 (17.5%)	-4,5	90 (69.8%)	8,6

Nota: DS = Desadaptação Social; OV = Orientação de Valores; Im = Imaturidade; Au = Autismo; Al = Alienação; Am = Agressividade Manifesta; Rt = Retraimento; AS = Ansiedade Social; Rep = Repressão; Neg = Negação; TC = Transtorno de Conduta; TOD = Transtorno Opositivo Desafiador e IA = Índice de Associabilidade. **Nota 2:** Quanto maior o valor do resíduo, a partir de +2 ou -2 (derivado do valor crítico da distribuição z), maior a contribuição desta ocorrência para o resultado significativo do teste de qui-quadrado (Sharpe, 2015). Na tabela 2, este valor está abreviado como Res Ajust.

Os resultados referentes ao critério de Frequência de delitos nos últimos 12 meses apontam para uma direção semelhante aos obtidos para o critério de Judicialização. Nota-se

associação entre fazer parte do grupo de adolescentes com Frequência Alta de delitos nos últimos 12 meses e apresentar escores altos nas escalas do IJ-R-Br(R) – à exceção de Rt: x^2 (1) = 3,4, p = 0,064, Rep: x^2 (1) = 0,0, p = 0,996, Neg:(x^2 (1) = 2,9, p = 0,057, TOD: x^2 (1) = 3,0, p = 0,060 e AS (que não apresentou adolescentes com pontuações não normativas).

A análise dos Resíduos Ajustados (Res Ajust.) indica que as associações mais fortes foram encontradas para as escalas Desadaptação Social (DS), Orientação de Valores (OV), Autismo (Au), Alienação (Al), Agressividade Manifesta (AM), Transtorno de Conduta (TC) e Índice de Associabilidade (IA).

Discussão

Este estudo teve por objetivo obter e analisar indicadores de validade convergente e de critério concorrente do IJ-R-Br(R). As análises de validade convergente indicaram associação entre a maioria das escalas do IJ-R-Br(R) e dos instrumentos EAC, IHSA-Del-Prette e EFS, corroborando a hipótese H1 estabelecida. Uma análise pormenorizada das relações encontradas pode contribuir para a melhor compreensão dos potenciais e limites no sentido interpretativo das escalas do IJ-R-Br(R).

Com relação à EAC, a maioria das escalas do IJ-R-Br(R) – sobretudo aquelas associadas à delinquência - se correlacionou fortemente com as dimensões de “Busca pelo Risco” e “Temperamento Volátil” da EAC. Tal resultado era esperado, uma vez que a meta-análise realizada por Walters (2016) indica que os constructos avaliados pela EAC se associam com medidas de delinquência. Assim, é possível a formulação da hipótese de que essas escalas avaliam constructos latentes similares, relativas à impulsividade e ao baixo autocontrole.

O constructo “Busca pelo Risco” diz respeito ao interesse por experiências arriscadas e emocionantes e o “Temperamento Volátil”, à baixa resistência à frustração e reatividade emocional, que são entendidos como subdimensões do baixo autocontrole (Gouveia et al., 2013). As escalas associadas ao funcionamento psicológico geral não mostram correlação de força notável com nenhuma dimensão da EAC, o que também era esperado, uma vez que a EAC, ao contrário do Inventário Jesness, não avalia aspectos de funcionamento psicológico gerais. Negação (Neg), por fim, apresentou correlações inversas com Impulsividade, Preferência por atividades físicas e Busca pelo Risco. Tal resultado também era esperado uma vez que altas pontuações em Neg se associam a uma conduta delituosa menos grave (Costa, et al., 2017; Wenger, 2018), enquanto altas pontuações em EAC, indicando baixo autocontrole, se associam a uma conduta delituosa mais grave (Walters, 2016).

Com relação a IHSA-Del-Prette, Agressividade Manifesta (Am) se correlacionou mais fortemente com Dificuldade em exercer "Autocontrole". Este resultado ressalta uma tendência avaliada por Am, a de experenciar emoções negativas e a sensação de perda de controle em função delas (Costa et al., 2020). Orientação de Valores (OV), por sua vez, correlacionou-se com Dificuldade em "Desenvoltura Social". OV mede conjunto de normas comportamentais e atitudinais compatíveis com o conceito de *street code*, o qual legitima soluções de problemas de modo violento, sobretudo os associados à defesa da honra e à obtenção de respeito no entorno em que vive. É um elemento cultural mais típico em contextos estruturalmente desfavorecidos (Burgason et al., 2020). A hipótese é que adolescentes de níveis socioeconômicos mais baixos carecem de experiencias em ambientes em que prevalecem interações sociais mais formais, que demandam comportamentos específicos, adequados ao contexto, associados a habilidades sociais mais complexas (Destro & Souza, 2012), justificando a covariação dos escores em OV e na medida de dificuldade em "Desenvoltura Social".

A escala Repressão (Rep), que indica o rechaço de aspectos negativos em si mesmo e nas relações estabelecidas (Costa et al., 2020), se correlacionou de forma inversa com a dificuldade em apresentar Autocontrole e Civilidade, indicando que quanto maiores os níveis de Rep, menos dificuldade o adolescente percebe em emitir comportamentos destas classes de habilidades sociais. Esse resultado, em uma primeira análise, parece contrário às expectativas, uma vez que se considera Repressão (Rep) como um mecanismo de defesa pouco adaptativo. Pontuações altas em Rep representariam, portanto, um comportamento mais estereotipado, menos sensível e ajustado à complexidade das interações (Jesness, 2003). Contudo, entendendo que repressão tem a função de proteger o indivíduo de sentimentos negativos, apartando-os da própria consciência, é possível entender as correlações negativas com pontuações em dificuldade para Autcontrole e Civilidade. (Leme, Del Prette & Coimbra, 2015)

A escala Imaturidade (Im) correlacionou-se com sentido negativo com dificuldade em exercer Auto Controle e positivo com Assertividade. Im avalia a presença de características de comportamento que seriam típicas de idades mais baixas, relacionadas a uma fase de maior imaturidade. As pontuações nesta escala se mostraram associadas àquelas em dificuldade em exercer Assertividade, o que reitera a adequação desta escala para medir efetivamente o constructo de Imaturidade. Além disso, no estudo de Wenger (2018), a escala de Imaturidade, em sua versão completa, correlacionou-se com mais força com medidas *Templanza* e *Perspectiva*, do *Maturity in Youth Assessment Scale* -

MAYAS). Estas medidas que aferem controle de impulsos, consequências futuras e consideração dos outros e que são compatíveis com estas classes do IHSA-Del-Prette. Nesse sentido, o resultado para Auto Controle, não era esperado. A hipótese feita é de que talvez os adolescentes tenham dificuldade em avaliar sua dificuldade em exercer Auto Controle. São necessárias mais investigações para confirmar se Im, em sua versão reduzida, teria preservado seu sentido interpretativo. As correlações com o IHSA-Del-Prette nos dão evidências de que algumas escalas do IJ-R-Br(R) avaliam constructos que se associam com aspectos de habilidades inter-relacionais do indivíduo. Esta capacidade do Inventário é fundamental para a identificação de necessidades interventivas, que podem ser focalizadas no contexto do acompanhamento educativo de adolescentes infratores (Semel, 2016).

Com relação a EFS, foram identificadas correlações negativas entre as subescalas Pró-Sociabilidade (S2) e Confiança nas Pessoas (S3) e a maioria das escalas do IJ-R-Br(R) - inclusive com todas aquelas mais especificamente associadas ao cometimento de delitos. A baixa confiança nas pessoas, ao lado da baixa pró-sociabilidade, predispõe a problemas com autoridade, a tendência a desrespeitar as leis, atribuição de intenção hostil aos outros e a atitudes favoráveis a violência *(*Wolff et al., 2020). Estas interpretações vão a encontro do que avalia o conjunto das escalas Desadaptação Social (SM), Orientação de Valores (VO), Autismo (AU), Alienação (Al), Agressividade Manifesta (MA), Transtorno de Conduta e Transtorno Opositivo Desafiador e Índice de Associabilidade (AI), as escalas do IJ-R-Br(R) mais relacionadas com a manifestação das condutas delituosas.

As correlações entre as subescalas da EFS e as escalas reduzidas do Jesness, que avaliam funcionamento psicológico geral sugerem associações de sentido positivo com as escalas Repressão (Rep) e Negação (Neg). É interessante notar que estudos mostram altos níveis dos aspectos avaliados pela EFS associam-se com menor implicação em delitos (menor frequência), o que seria típico da população geral (Jolliffe, 2013; Ljubin-Golub et al., 2017). Rep, conforme o já mencionado, remete a um mecanismo de defesa, assim como Neg. A diferença é que Neg, conceitualmente, descreveria um comportamento mais adaptativo, relacionado a uma tendência consciente de "evitar pensar nos problemas pessoais/relacionais", assumindo uma atitude mais positiva com relação ao futuro (estaria ligado a uma espécie de otimismo). No contexto de origem do IJ (Jesness, 2003), os infratores teriam em geral alta pontuação em Rep e baixa em Neg. Em outros contextos socioculturais, contudo, os dados nem sempre se alinham a essa tendência. Rep e Neg costumam apresentar maiores níveis em grupos da população (Wenger, 2010; Costa, et al., 2017; Wenger, 2018).

Contrariamente, as subescalas da EFS apresentaram correlações negativas com Retraimento (Rt) e Ansiedade Social (AS), indicando que quanto maiores os escores nas primeiras, menores os escores nas segundas, e vice-versa. A EFS aborda o traço de Socialização desde o ponto de vista relacional (Nunes, 2007). Portanto, este resultado oferece suporte ao sentido interpretativo das escalas Rt e AS do Inventário, que sinalizariam dificuldades no estabelecimento de relações interpessoais em virtude de uma tendência a "fechar-se em si mesmo" (Rt) e a perceber as interações sociais como difíceis (AS) (Jesness, 2003; Bazon, 2016)

A subescala Amabilidade da EFS não se correlacionou de forma notável com nenhuma escala do IJ-R-Br(R). Níveis elevados de amabilidade se mostram associados ao baixo envolvimento em atividades delituosas (Vachon & Lynam, 2016), e baixos níveis se mostram associados a mais alta probabilidade de envolvimento em atividades delituosas (Walters, 2018). Isso nos sugere que o Inventário não se centra em avaliar este aspecto da personalidade. Todavia, a subescala Confiança nas Pessoas (S3) se correlacionada com todas as escalas do IJ-R-Br(R) mais especificamente associadas à delinquência juvenil. Este resultado, por sua vez, nos sugere que os aspectos avaliados pelo Inventário estão mais centrados neste aspecto básico, relacionado ao modo de estabelecer as relações sociais.

Quanto às análises de validade de critério concorrente, tem-se que elas indicaram associação entre as pontuações mais altas em IJ-R-Br(R) e o pertencimento aos grupos de adolescentes judicializados e com frequência alta – segundo a padronização T - de cometimento de delitos. Para o critério de Judicialização, os resultados corroboram os estudos anteriores realizados. As escalas Desadaptação Social (DS), Orientação de Valores (OV) e o Índice de Associabilidade (IA), que diferenciam grupos judicializados de não judicializados, com consistência, em todos os estudos citados apresentaram as associação mais fortes também, nesta investigação, ao lado de Autismo (Au), Alienação (Al), Transtorno de Conduta (TC).

Para o critério de Frequência de delitos autorrevelados nos últimos 12 meses (Normativa = 0; Alta = 1), os resultados também corroboram os estudos anteriores. Para este critério, as escalas Desadaptação Social (DS), Índice de Associabilidade (IA), Orientação de Valores (OV), Autismo (Au), Alienação (Al), Agressividade Manifesta (AM), Transtorno de Conduta (TC) mantiveram uma boa capacidade de diferenciar os grupos entre si (Érgas & Narváez, 2015; Costa et al., 2017; Wenger, 2018).

Assim como no estudo de Wenger (2010), o grupo não judicializado apresentou maiores escores em Negação (Neg). No entanto, em discordância com o que identificou a autora, Repressão (Rep) não diferenciou os grupos entre si, reiterando o dado de Rep pode também ser

alta em grupos da população, funcionando diferentemente do que se verificou no contexto de origem do Inventário. As escalas Retraimento (Rt), Ansiedade Social (AS), Repressão (Rep) e Negação (Neg), associadas ao funcionamento psicológico geral, não se mostraram capazes de diferenciar os grupos entre si. Em estudo anterior, Rt e AS não se associaram à delinquência autorrevelada, assim como Rep e Neg apresentaram níveis mais elevados em grupos da população (Wenger, 2018).

Nesse sentido, as evidências de validade de critério concorrente obtidas corroboram a hipótese H2 estabelecida, de que escalas mais associadas à conduta delituosa - Desadaptação Social (DS), Orientação de Valores (OV), Autismo (Au), Alienação (Al), Agressividade Manifesta (Am), Transtorno de Conduta e Transtorno Opositivo Desafiador e Índice de Associabilidade (IA) – seriam capazes de diferenciar grupos de adolescente – seja pelo critério de judicialização, seja pelo de frequência de delitos nos últimos 12 meses.

Entre as limitações deste estudo, se destaca que para os objetivos de validade convergente, não havia dados válidos da amostra total (n = 597) para todos os instrumentos de critério externo, o que pode ter gerado imprecisão nos resultados obtidos. Igualmente, a coleta de dados foi realizada em uma cidade do estado de São Paulo. Com relação à amostragem, ainda que se tenha coletado dados nas diferentes regiões da cidade, o procedimento não foi probabilístico. Ainda, a distribuição dos participantes segundo o Critério Brasil não é compatível com o que se encontra no estado de São Paulo. Por esses motivos, as conclusões sobre o instrumento devem ser cautelosas. Estudos futuros podem avaliar as evidências de validade convergente ampliando e diversificando as amostras estudas, assim como investigando as correlações entre a versão reduzida e medidas clínicas forenses, a exemplo do que fizeram Olver e Stockdale (2016). Além disso, é importante, em estudo separado, focalizar a adaptação da ferramenta a adolescentes do sexo feminino, levando em conta as especificidades de gênero, no que diz respeito aos problemas de comportamento grave/delinquência (Lanctot & LeBlanc, 2002; Kruttschnitt, 2013).

Apesar dos limites, se considera que as evidências de validade do IJ-R-Br(R) obtidas são adequadas, reiterando o potencial de avaliação multidimensional das escalas do Inventário. Com relação às consequências e aplicações da ferramenta de avaliação para a população alvo, ressalta-se que o processo de avaliação psicológica deve ocorrer de acordo com princípios éticos. Assim, garante-se que os benefícios para o adolescente sejam evidentemente superiores aos prejuízos decorrentes da própria avaliação, aos quais ele eventualmente pode estar exposto.

O cenário atual é de que as avaliações são feitas com base em procedimentos pouco estruturados, empregando, por vezes, ferramentas pouco específicas, quando não, pouco

confiáveis (Mosqueira, 2013). Neste contexto, no qual muitas vezes o adolescente encontra-se em uma situação de vulnerabilidade, contar com ferramentas padronizadas, de rápida aplicação, que avalie aspectos relevantes, associados à problemática em foco, pode reduzir os efeitos negativos e, até, produzir consequências mais positivas, no sentido de viabilizar, mais prontamente, a proposição de um acompanhamento adequado a cada adolescente, fomentando melhores práticas no sistema socioeducativo.

Referências

ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (2016). Critério Brasil 2015 e atualização da distribuição de classes para 2016.

Antequera, M. F., & Andrés Pueyo, A. (2008). Personalidad y delincuencia: Un estudio a través del Inventario Jesness – Revisado. In F. J. Rodríguez (Eds.), *Psicología jurídica: Familia y victimología* (445-449). Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo.

Antequera, M. F., & Martínez, C. B. (2009*). Personalitat i psicopatologia en menors infractors. Barcelona: Centro de Estudos Jurídicos e Formação Especilitzada* (Catalunha). Retrieved

Bazon, M. R. (2016). *Avaliação Psicológica de Adolescentes em Conflito com a Lei: Validação do Inventário de Jesness – Revisado.* Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo.

Burgason, K. A., DeLisi, M., Heirigs, M. H., Kusow, A., Erickson, J. H., & Vaughn, M. G. (2020). The code of the street fights back! Significant associations with arrest, delinquency, and violence withstand psychological confounds. *International journal of environmental research and public health*, *17*(7), 2432. doi: 10.3390/ijerph17072432

Bright, C. L., Sacco, P., Kolivoski, K. M., Stapleton, L. M., Jun, H.-J., & Morris-Compton, D. (2017). Gender Differences in Patterns of Substance Use and Delinquency: A Latent Transition Analysis. *Journal of Child & Adolescent Substance Abuse*, 26(2), 162–173. doi: 10.1080/1067828X.2016.1242100

Costa, R., Komatsu, A. V., & Bazon, M. R. (2017). Psychological Assessment of Adolescent Offenders. *International Annals of Criminology*, 0: 1–20 doi:10.1017/cri.2017.2

Costa, R. C. S., Komatsu, A. V., de Oliveira, A. B. M., & Bazon, M. R. (2019). Psychological assessment in juvenile offenders: reliability and validity of Inventário de Jesness–revisado brasileiro. *Psico*, 50(3), 32336. doi: 10.15448/1980-8623.2019.3.32336

Costa, R. CS., Komatsu, A. V., Galinari, L. S. & Bazon, M. R. (2020). Desenvolvimento da versão reduzida do Inventário de Jesness – Revisado Brasileiro, Avaliação Psicológica, *Aval. Psicol*., 19 (2), 113-122. doi: 10.15689/ap.2020.1902.01.

Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P (2009). Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA-Del-Prette).

Destro, C. M. A., & Souza, L.A. P. (2012). Linguagem oral e escrita em adolescentes infratores institucionalizados. *Revista CEFAC*, 14(6), 1020-1027.

Ergas, A. L. & Narváez, C. F. (2015). Estudio Psicometrico del Inventario Jesness-Revisado (JI-R). Dissertação de Mestrado. Universidad De La Frontera, Temuco, Chile.

Gignac, G. E., & Szodorai, E. T. (2016). Effect size guidelines for individual differences researchers. *Personality and Individual Differences*, 102, 74-78.

Gouveia, V., Santos, W. S., Guerra, V., Fonseca, P. N., & Gouveia, R. S. (2013). Escala de Autocontrole: adaptação brasileira e evidências de validade de construto. Avaliação Psicológica, 12(3).

Grasmick, H. G., Tittle, C. R., Bursik, R. J., & Arneklev, B. J. (1993). Testing the core empirical implications of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 30, 5-29

Jesness, C. F. (2003). Jesness Inventory-Revised. North Tonawanda, USA: MHS.

Jolliffe, D. (2013). *Exploring the relationship between the Five-Factor Model of personality, social factors and self-reported delinquency*. Personality and Individual Differences, 55(1), 47-52. doi: 10.1016/j.paid.2013.01.014

Komatsu, A. V. (2014). Comportamentos antissociais em adolescentes do sexo masculino: um estudo exploratório na cidade de Ribeirão Preto - SP. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Brasil.

Ljubin-Golub, T., Vrselja, I., & Pandžić, M. (2017). The contribution of sensation seeking and the Big Five personality factors to different types of delinquency. *Criminal justice and behavior*, *44*(11), 1518-1536. doi: 0.1177/0093854817730589

Leme, V. B. R., Del Prette, Z. A. P., & Coimbra, S. (2015). Social skills, social support and well-being in adolescents of different family configurations. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 25(60), 9-17. doi: 10.1590/1982-43272560201503

Lozano, L. M. & Turbany, J. (2013). Validez. In: Meneses, J., Barrios, M., Bonillo, A., Cosculluela, A., Lozano, L. M., Turbany, J. & Valero, S. (2013) *Psicometría*. Barcelona, Ed: UOC.

Mosqueira, S. M. (2013). *A demanda por avaliação psicológica de adolescentes infratores. reflexões a partir de narrativa*. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Nunes, C. H. S. D. S. (2007). Lançamento da escala fatorial de extroversão (EFEx) e escala fatorial de socialização (EFS). *Avaliação Psicológica*, 6(1), 103-106.

Olver, M. E. & Stockdale, K. C. (2016) Convergent and Predictive Validity of the Jesness Inventory in a Sample of Juvenile Offenders. *Assessment.* doi: 10.1177/1073191116632335

Plackett, R. L. (1983). Karl Pearson and the chi-squared test. *International Statistical Review/Revue Internationale de Statistique*, 59-72. doi: 10.2307/1402731

Semel, R. A (2016) Incorporating the Jesness Inventory-Revised (JI-R) in a Best-Practice Model of Juvenile Delinquency Assessments, *Journal of Forensic Psychology Practice*, 16:1, 1-23, doi.: 10.1080/15228932.2016.1119516

Sharpe, D. (2015). *Chi-Square Test is Statistically Significant: Now What?* doi:10.7275/TBFA-X148

Schmid, F., & Schmidt, R. (2007). Multivariate extensions of Spearman's rho and related statistics. *Statistics & probability letters*, *77*(4), 407-416. doi: 10.1016/j.spl.2006.08.007

Schober, P., Boer, C., & Schwarte, L. A. (2018). Correlation coefficients: appropriate use and interpretation. *Anesthesia & Analgesia*, 126(5), 1763-1768.

Taylor, C. S. (2013) *Validity and Validation: Understanding Statistics.* Ed: Oxford

Vachon, D. D., & Lynam, D. R. (2016). Fixing the problem with empathy: Development and validation of the affective and cognitive measure of empathy. *Assessment*, *23*(2), 135-149.

Walters, G.D. (2016). Are Behavioral Measures of Self-Control and the Grasmick Self-Control Scale Measuring the Same Construct? A Meta-Analysis. *Am J Crim Just* 41, 151–167. doi: 10.1007/s12103-015-9317-3

Walters, G. D. (2018). Personality and crime: Mediating the agreeableness–offending and conscientiousness–offending relationships with proactive and reactive criminal thinking. *Personality and Individual Differences*, *129*, 166-170. doi: 10.1016/j.paid.2018.03.035

Wenger, L. & Andrés Pueyo, A. (2016). Tests forenses en español para evaluar adolescentes infractores. *Papeles del Psicólogo*, 37(2), 107-117

Wenger, L. (2010). *Adaptación y Validación Preliminar en Chile del Inventario Jesness-Revisado (JI-R)*, Dissertação de Mestrado, Universidad de la Frontera, Temuco, CHI

Wenger, L. (2018). *Comportamiento antisocial, personalidad y madurez en adolescentes y jóvenes.* Tese de Doutorado, Universidad de Barcelona.

Wolff, K. T., Baglivio, M. T., Klein, H. J., Piquero, A. R., DeLisi, M., & Howell, J. C. (2020). Adverse childhood experiences (ACEs) and gang involvement among juvenile offenders: assessing the mediation effects of substance use and temperament deficits. *Youth violence and juvenile justice, 18*(1), 24-53.

5. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como já apresentado na seção de *1.3 Relação entre estudos empíricos*, o trabalho realizado para esta Dissertação de Mestrado foi organizado na forma de três manuscritos, correspondentes a desdobramentos específicos dos objetivos gerais, visando desenvolver a versão reduzida do Inventário de Jesness – Revisado Brasileiro, obter e analisar evidências das propriedades psicométricas desta versão.

O primeiro manuscrito, intitulado **Desenvolvimento da versão reduzida do Inventário de Jesness – Revisado Brasileiro**, respondeu ao objetivo de *desenvolver a versão reduzida do IJ-R-Br*. De forma geral, os resultados indicaram que o conjunto de 86 itens propostos para a versão reduzida apresentou melhor desempenho (em termo de capacidade discriminativa) que o conjunto de 160 itens da versão original, estudada em pesquisas anteriores. Além disso, a análise preliminar de conteúdo permitiu concluir que as escalas mantiveram os sentidos interpretativos que tinham no instrumento original.

Em continuação, os manuscritos seguintes responderam ao objetivo de *obter e analisar evidências de propriedades psicométricas da versão reduzida, a partir de aplicação em amostra independente.* O segundo manuscrito, intitulado **Versão reduzida do Inventário de Jesness – revisado: precisão e validade de constructo**, investigou evidências de precisão e de validade de constructo das escalas da versão reduzida. As evidências obtidas indicaram, de forma geral, propriedades psicométricas ajustadas, sendo que os indicadores insatisfatórios encontrados estariam em concordância com achados anteriores, concernindo a versão original, estendida, sugerindo não haver perdas em propriedades psicométricas de uma à outra. Ainda, os resultados permitiram concluir que a estrutura interna poderia se beneficiar da exclusão de alguns itens, em escalas especificas, e de um item do conjunto total do instrumento, de mofo que a versão reduzida, depois deste estudo passou a compreender 85 itens.

Por fim, o terceiro e último manuscrito, cujo título é **Avaliação em delinquência juvenil: validade convergente e de critério da versão reduzida do Inventário de Jesness – Revisado – Brasileiro**, reuniu as evidências de validade das escalas da versão reduzida em relação a outras medidas, mais precisamente, de validade convergente, considerando medidas de outros instrumentos de avaliação psicológica, e de critério concorrente, considerando critérios como a classificação dos adolescentes por grupos segundo registros oficiais de judicialização ou não-judicialização e frequência de delitos autorrevelados no ano anterior. Os resultados obtidos, com relação à validade convergente, sinalizaram para a adequação da versão

reduzida e reiteraram o potencial de avaliação multidimensional do Inventário reduzido. Os resultados referentes à validade de critério indicaram que versões reduzidas de algumas escalas (DS, OV, Au, Al, Am, TC, TOD e IA), se mostraram capazes de diferenciar grupos de adolescentes de acordo com indicadores de delinquência – seja pelo critério oficial de judicialização, seja pelo critério de delinquência autorrevelada, de igual modo assim ao Inventário na sua versão original/completa. Assim, considera-se ter conseguido estabelecer a versão do Inventário de Jesness Revisado Brasileiro – Reduzido (IJ-R-Br(R)).

As informações coletadas por meio de um instrumento como o Inventário de Jesness respondem a demanda de compreensão do funcionamento psicológico do adolescente em conflito com a lei (Semel, 2016), orientando em quais aspectos de personalidade se deve intervir e como fazê-lo, respeitando sua individualidade. Assim, dadas as evidências favoráveis indicativas do potencial do IJ-R-Br(R), defende-se que ela é viável e que se deve continuar investindo nesta ferramenta. Não obstante, é pertinente discutir as consequências e aplicações desta ferramenta de avaliação, junto à população alvo - dado que estes aspectos são tidos como um dos tipos de validade em avaliação psicológica (Taylor, 2013).

No campo da delinquência juvenil, as preocupações em geral recaem sobre o risco de rotulação do adolescente ou de que ele possa ser prejudicado pela repercussão das informações obtidas no teste. Um primeiro ponto a ser esclarecido é que o processo de avaliação psicológica é, até o presente momento, realizado por profissionais de Psicologia, o que pressupõe a submissão de sua prática, qualquer que seja ela às normativas éticas, norteadas sempre pelos princípios da beneficência e não-maleficência. Nesse sentido, a coleta de informações sobre o adolescente deve estar inserida em um contexto em que os benefícios para o adolescente sejam evidentemente superiores aos prejuízos aos quais ele eventualmente pode estar exposto. Ainda, segundo Mosqueira (2013), é recorrente que o poder judiciário solicite avaliação psicológica no sistema socioeducativo, visando averiguar estado de saúde mental e/ou seu risco de reincidência.

A realidade neste contexto é que as avaliações têm sido feitas com base em procedimentos pouco estruturados, empregando, por vezes, ferramentas pouco específicas, quando não, pouco confiáveis (Mosqueira, 2013). Neste contexto, no qual muitas vezes o adolescente encontra-se em uma situação de vulnerabilidade, contar com ferramentas padronizadas, de rápida aplicação (Worthington & Whittaker, 2006), que avalie aspectos relevantes, associados à problemática em foco, pode reduzir os efeitos negativos e até produzir consequências mais positivas, no sentido de viabilizar, mais prontamente, a proposição de um

acompanhamento mais adequado a cada adolescente, fomentando melhores práticas no sistema socioeducativo (Hoge, 2008; Greenwood, 2014).

Uma das limitações deste estudo é que a seleção de itens para composição da versão reduzida deu-se essencialmente com base em procedimentos estatísticos, levando em conta os valores de seus índices discriminativos, ainda que essa estratégia tenha sido, por vezes, ponderada pela consideração do sentido clínico dos itens, visto que não foram selecionados somente itens com alto desempenho, para que se evitasse excluir itens potencialmente relevantes em termos teóricos. Outra limitação deste estudo é que as amostras que o compuseram foram formadas por conveniência, isto é, não foram formadas probabilisticamente. Por isso, os resultados obtidos devem ser tomados com cautela, antes de serem generalizados a outras localidades brasileiras.

Ainda assim, acredita-se que os resultados apresentados nos três manuscritos alcançaram o objetivo de manutenção e até mesmo melhoria das propriedades psicométricas do instrumento. Conclui-se que o resultado final do estudo implementado foi satisfatório e isso se credita à estratégia de análise – tratando cada escala em separado – e ao método de análise de dados mais avançado (a Teoria Multidimensional de Resposta ao Item), que viabilizou uma avaliação mais sofisticada do inventário. A continuação de estudos acerca desta versão reduzida é indicada. Será importante realizar novos estudos, com uma coleta de dados mais ampla de adolescentes infratores, para replicação dos procedimentos contemplados no segundo e terceiro manuscritos. Isto porque, com o número reduzido do qual se dispôs, algumas análises – como a de validade de constructo ou até mesmo a de qui-quadrado – não foram possíveis.

Com vistas à verificação da pertinência da versão reduzida para o contexto socioeducativo, poderão também ser conduzidos estudos de validade convergente com diferentes instrumentos e, sobretudo, com medidas clínicas forenses. Dentro disto, serão pertinentes também estudos longitudinais, para averiguar se – e quais – as escalas do instrumento são capazes de aferir risco de reincidência infracional – por registros oficiais ou autorrevelados. Por fim, é fundamental replicar este mesmo procedimento para população de adolescentes do sexo feminino. Embora as adolescentes ainda representem uma minoria no sistema socioeducativo (Rodrigues, Oliveira & Rocha, 2017), há evidências que sugerem a existência de necessidades especiais deste grupo (Lanctot & LeBlanc, 2002), o que torna necessário estudos em separado.

REFERÊNCIAS

Antequera, M. F., & Andrés Pueyo, A. (2008). Personalidad y delincuencia: Um estudio a través del Inventario Jesness – Revisado. In F. J. Rodríguez, C. Bringas, F. Fariña, R. Arce, & A. Bernardo (Eds.), *Psicología jurídica: Familia y victimología* (445-449). Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo.

Antequera, M. F., & Martínez, C. B. (2009*). Personalitat i psicopatologia en menors infractors. Barcelona: Centro de Estudos Jurídicos e Formação Especilitzada* (Catalunha). Retrieved from http/recercat.cat/bitstream/handle/2072/93343/SC_3_165_10.pdf?sequence=1.

Asscher, J. J., Dekovic, M., van den Akker, A. L., Manders, W. A., Prins, P. J. M., van der Laan, P. H. & Prinzie, P. (2016). Do Personality traits affect responsiveness of juvenile delinquentes to treatment? *Journal of Research in Personality*, 63, 44-50.

Assembléia Geral das Nações Unidas. (1985). Regras de Beijing.

Baglivio, M. T., & Wolff, K. T. (2019). Predicting juvenile reentry success: developing a global risk score and risk classification levels using the residential positive achievement change tool. *Youth violence and juvenile justice*, *17*(3), 241-268.

Balluerka, N. & Gorostiaga, A. (2012). Elaboración de versiones reducidas de instrumentos de medida: Una perspectiva prática, *Psychosocial Intervention*, 21(1), 103-110.

Barret, D. E. & Katsiyannis, A. (2017). The Clemson Juvenile Delinquency Project: Major Findings from a Multi-Agency Study. *J Child Fam Stud*, 26:2050 – 2058

Bazon, M. R. (2016). *Avaliação Psicológica de Adolescentes em Conflito com a Lei: Validação do Inventário de Jesness – Revisado.* Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo.

Bourgon, G., & Bonta, J. (2014). Reconsidering the Responsibility Principle: A Way to Move Forward. Fed. Probation, 78, 3.

Bright, C. L., Sacco, P., Kolivoski, K. M., Stapleton, L. M., Jun, H.-J., & Morris-Compton, D. (2017). Gender Differences in Patterns of Substance Use and Delinquency: A Latent Transition Analysis. *Journal of Child & Adolescent Substance Abuse*, 26(2), 162–173. doi: 10.1080/1067828X.2016.1242100

Cauffman, E., Cavanagh, C., Donley, S. & Thomas, A. G. (2016) A developmental perspective on adolescent risk-taking and criminal Behavior In: Piquero, A. (2016) *The Handbook of Criminological Theory*

Conselho Nacional de Justiça (2012) Panorama Nacional. A execução das medidas socioeducativas de internação

Conselho Nacional de Justiça & Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011) e Justiça infanto-juvenil: situação atual e critérios de aprimoramento. Relatório de Pesquisa. Brasília.

Conanda & Sedh (2002). Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília: CONANDA.

Cuervo, K. & Villanueva, L. (2014) Analysis of risk and protective factors for redivism in spanish youth offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 59(11) 1149 –1165. doi: 10.1177/0306624X14557917

Cuevas, C., Wolff, K. T. & Baglivio, M. T. (2019) Dynamic risk factors and timing of recidivism for youth in residential placement. *Journal of Criminal Justice*, 60, 154–166

Edelen, M. O., Reeve, B. B. (2007) Applying item response theory (IRT) modeling to questionnaire development, evaluation, and refinement. *Quality of Life Research: An International Journal of Quality of Life Aspects of Treatment, Care and Rehabilitation.* 16(1):5–18. doi: 10.1007/s11136-007-9198-0.

Ergas, A. L. & Narváez, C. F. (2015). *Estudio Psicometrico del Inventario Jesness-Revisado (JI-R) em Adolescentes Chilenos, un Grupo de Adolescentes Escolarizados que no Reportan Comportamiento Delictivo y un Grupo de Adolescentes Infractores de Ley de Las Regiones de la Araucania, los Rios, Bio Bio y Metropolitana*, Dissertação de Mestrado, Universidad De La Frontera, Temuco, Chile.

Greenwood, P. (2014) *Evidence-Based Practice in Juvenile Justice: Progress, Challenges and Opportunities*. Nova Iorque. Ed: Springer.

Hoge, R. D. (2008). Assessment in Juvenile Justice Systems. In Hoge, R. D., Guerra, N. G. & Boxer, P. (2008) Treating the Juvenile Offender. Estados Unidos: The Guilford Press.

Jesness, C. F. (1963): The Jesness Inventory: redevelopment and revalidation. Sacramento: California Youth Authority Research.

Jesness, C.F. (1983). The Jesness Inventory (Ed.). Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press.

Jesness, C. F. (2003). Jesness Inventory-Revised. Technical Manual. North Tonawanda, USA: MHS.

Jesness, C. F., & Wedge, R. F. (1983). Classifying offenders: the Jesness Inventory Classification System. Sacramento: California Youth Authority.

Lanctôt, N., & Le Blanc, M. (2002). Explaining deviance by adolescent females. *Crime and justice*, *29*, 113-202.

Loeber, R., Slot, N. W. & Stouthamer-Loeber, M. (2006) A three-dimensional, cumulative developmental model of serious delinquency. In Wikstrom, P. H. & Sampson, R. J. (2006) *The Explanation of Crime: Context, Mechanisms and Development*. Ed: Cambridge.

Lozano, L. M. & Turbany, J. (2013). Validez. In: Meneses, J., Barrios, M., Bonillo, A., Cosculluela, A., Lozano, L. M., Turbany, J. & Valero, S. (2013) *Psicometría*. Barcelona, Ed: UOC.

Manzi-Oliveira, A. B. (2012). *Avaliação de adolescentes em conflito com a lei: adaptação transcultural do Inventário de Personalidade de Jesness* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Morizot, J. (2014) The Contribution of Temperament and Personality Traits to Criminal and Antisocial Behavior Development and Desistance, In Morizot, J. & Kazemian, L. (2014) *The Development of Criminal and Antisocial Behavior* - Theory, Research and Practical Applications

Mosqueira, S. M. (2013) *A demanda por avaliação psicológica de adolescentes infratores. reflexões a partir de narrativa*. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Pereira Júnior, P. R. C. (2018) *Atuação do Psicólogo em uma Instituição de Internação para Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei no Estado da Bahia: Desafios e Possibilidades.* Dissertação de Mestrado.

Rios, V. (2016). The impact of crime and violence on economic sector diversity.

Rodrigues, C. D., Oliveira, V. C. & Rocha, R. L. S. (2017). Brazil. In Decker, S. H., & Marteache, N. (2017). *International Handbook of Juvenile Justice* Ed: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-45090-2

Taylor, C. S. (2013) *Validity and Validation: Understanding Statistics.* Ed: Oxford

Wenger, L. (2018). *Comportamiento antisocial, personalidad y madurez en adolescentes y jóvenes*. Tese de Doutorado, Universidad de Barcelona.

Wenger-Amengual, L. (2010). *Adaptación y Validación Preliminar en Chile del Inventario Jesness-Revisado (JI-R),* Dissertação de Mestrado. Universidad de la Frontera, Temuco, CHI

Worthington, R. L., & Whittaker, T. A. (2006). Scale development research a content analysis and recommendations for best practices. *The Counseling Psychologist*, 34, 806-838. doi 10.1177/0011000006288127

ANEXOS

Anexo A – Anuência da Revista para a publicação do Manuscrito I

Gmail

Rafaelle Costa <rafaellecscosta@gmail.com>

Re: Revista Avaliação Psicológica] - Edição 19(2) - ID 01 - Prova
1 mensagem

Rafaelle Costa <rafaellecscosta@gmail.com> 7 de maio de 2020 09:25
Para: Revista Avaliação Psicológica <revista.avaliacao.psicologica@gmail.com>

Conferimos e estamos de acordo,

Att,

Em seg., 4 de mai. de 2020 às 21:34, Revista Avaliação Psicológica <revista.avaliacao.psicologica@gmail.com> escreveu:

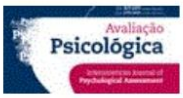
Prezadas autoras e prezado autor,

Entramos em contato apresentando a prova do seu manuscrito. O seu artigo: "Desenvolvimento da versão reduzida do Inventário de Jesness – Revisado Brasileiro " sairá na edição 19(2) da revista, com publicação prevista para os próximos dias. Solicitamos, gentilmente, que vocês confiram a prova anexa, respondendo a este e-mail se estão de acordo com ela, até o dia **07/05/2020**.

A ausência de resposta a esta mensagem será entendida como aceite da versão aqui apresentada. **Informamos que não são mais permitidas alterações no conteúdo do seu artigo nesta etapa.** Ressaltamos, também, que algumas mudanças gramaticais e de estilo podem ter sido feitas no seu texto. Essas alterações devem ser indicadas com marcações no próprio arquivo em PDF.

Novamente, agradecemos a sua preferência por nossa revista, e esperamos poder contar com novas submissões de sua autoria.

Cordialmente,
Leilane H.B. C. Santana
Comissão Editorial.
Revista Avaliação Psicológica
Interamerican Journal of Psychological Assessment
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1677-0471&lng=pt&nrm=iso



--

Anexo B – Comprovante de Submissão do Manuscrito II

Gmail

Rafaelle Costa <rafaellecscosta@gmail.com>

[Psico-USF] Agradecimento pela Submissão

Lucas de Francisco Carvalho <noreply.ojs2@scielo.org> 3 de setembro de 2020 15:13
Para: Rafaelle CS Costa <rafaellecscosta@gmail.com>

Rafaelle CS Costa,

Agradecemos a submissão do seu manuscrito "Versão reduzida do Inventário de Jesness – revisado: precisão e validade de constructo: Avaliação breve em delinquência juvenil " para Psico-USF. Através da interface de administração do sistema, utilizado para a submissão, será possível acompanhar o progresso do documento dentro do processo editorial, bastanto logar no sistema localizado em:

URL do Manuscrito: https://submission.scielo.br/index.php/pusf/authorDashboard/submission/243169
Login: rafaellecosta

Enquanto autores, contamos também com a colaboração de vocês como revisores. Assim, vocês serão convidados para revisar manuscritos submetidos à revista Psico-USF. De antemão, agradecemos a colaboração com o processo editorial.

Em caso de dúvidas, envie suas questões para este email. Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de transmitir ao público seu trabalho.

Lucas de Francisco Carvalho

Anexo C – Comprovante de Submissão do Manuscrito III

Gmail

Rafaelle Costa <rafaellecscosta@gmail.com>

Estudos de Psicologia (Campinas) - Manuscript ID ESTPSI-20-0197

1 mensagem

Daniela Ferreira <onbehalfof@manuscriptcentral.com> 13 de setembro de 2020 13:16
Responder a: psychologicalstudies@puc-campinas.edu.br
Para: rafaelle.costa@usp.br
Cc: rafaelle.costa@usp.br, laissette@gmail.com, avk@usp.br, mbazon@ffclrp.usp.br

13-Sep-2020

Dear Miss Costa:

Your manuscript entitled "Avaliação em delinquência juvenil: validade convergente e de critério do Inventário de Jesness – Revisado – Brasileiro - reduzido1" has been successfully submitted online and is presently being given full consideration for publication in the Estudos de Psicologia (Campinas).

Your manuscript ID is ESTPSI-20-0197.

Please mention the above manuscript ID in all future correspondence or when calling the office for questions. If there are any changes in your street address or e-mail address, please log in to ScholarOne Manuscripts at https://mc04.manuscriptcentral.com/estpsi-scielo and edit your user information as appropriate.

You can also view the status of your manuscript at any time by checking your Author Center after logging in to https://mc04.manuscriptcentral.com/estpsi-scielo.

Thank you for submitting your manuscript to the Estudos de Psicologia (Campinas).

Sincerely,
Estudos de Psicologia (Campinas) Editorial Office

Anexo D – Carta de Aprovação do Comitê de Ética

FFCLRP

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Comitê de Ética em Pesquisa

Campus de Ribeirão Preto

Of.CEtP/FFCLRP-USP/064-dgfs.

Ribeirão Preto, 22 de junho de 2018.

Prezado(a) Pesquisador(a),

Comunicamos a V. Sa. que o projeto de pesquisa intitulado **"Desenvolvimento e investigação de propriedades psicométricas da versão reduzida do Inventário de Jesness revisado brasileiro"** foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, em sua 180ª Reunião Ordinária, realizada em 21.06.2018, e enquadrado na categoria: **APROVADO** (CAAE nº 86860718.1.0000.5407).

Solicitamos que eventuais modificações ou emendas ao projeto de pesquisa sejam apresentadas ao CEP, de forma sucinta, identificando a parte do projeto a ser modificada e suas justificativas. De acordo com a Resolução nº466 de 12/12/2012, devem ser entregues relatórios semestrais e, ao término do estudo, um relatório final sempre via Plataforma Brasil.

Atenciosamente,

Prof.ª Dr.ª Marina Rezende Bazon
Coordenadora

Ao(À) Senhor(a)
Rafaelle Carolynne Santos Costa
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP-USP

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP USP
Fone: (16) 3315-4811 Avenida Bandeirantes, 3900 - bloco 01 da Administração - sala 07
14040-901 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Homepage: http://www.ffclrp.usp.br - e-mail: coetp@ffclrp.usp.br